

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

UMA INTERPRETAÇÃO DA PSICOGÊNESE <sup>e</sup>  
E DA  
SOCIOGÊNESE DO DESENVOLVIMENTO MORAL

LEILA DUPRET MACHADO

FGV/ISOP/CPGP

Praia de Botafogo, 190 - sala 1108.  
Rio de Janeiro - Brasil

FEV  
200  
PRETO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

UMA INTERPRETAÇÃO DA PSICOGÊNESE  
E DA  
SOCIOGÊNESE DO DESENVOLVIMENTO MORAL

*por*

LEILA DUPRET MACHADO

Dissertação submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, agosto de 1984

*Este trabalho é dedicado  
À LUANA e ALOA, futuras integrantes  
da juventude que lhes espera.*

## A G R A D E C I M E N T O S

- Ao professor FRANCO LO PRESTI SE MINERIO, por sua orientação e dedicação no desenvolvimento deste trabalho.
- Aos MEUS PAIS, pelo sincero e incansável apoio em todos os momentos desta labuta e às MINHAS FILHAS pela compreensão e carinho que me dedicaram na efetivação deste intento.
- Às bibliotecárias FLORIPES E GUARACIRA, pela paciência que tiveram durante todo o tempo necessário de pesquisa e estudo.
- À minha amiga IVETTE NOGUEIRA, pelo seu incentivo em todas as minhas horas difíceis deste processo.
- A todos os MEUS AMIGOS, que se preocuparam verdadeiramente com o alcance desta vitória e a TODOS que diretamente ou indiretamente colaboraram comigo.

— Meus agradecimentos especiais ao meu amigo e companheiro BRUNO SZUCHMACHER, pela sua "força" incessante e constante estímulo ao meu equilíbrio emocional, fundamental nesse árduo período; aos meus SOBRINHOS, WILI e YANA, que contribuíram diretamente para que eu tivesse um contato com a próxima geração de jovens; e ao meu JOVEM IRMÃO MARCOS, que proporcionou o real conhecimento do "mundo do adolescente" de hoje.

Não te aborreças comigo, não te aborreças assim comigo.  
Porque sonhei de modo diverso do teu,  
Porque não vi, como mulher comum,  
A suprema felicidade no matrimônio...  
... Dize-me: Que sabes tu de minha alma,  
Tu, que não és poeta?  
Dize-me: Que sabes tu dos meus pensamentos,  
Tu, que jamais sentiste o desespero?

GIESE

## R E S U M O

O objetivo deste estudo volta-se para uma análise a nível teórico, da construção de normas, constitutivas do sistema moral aptas a direcionarem a conduta humana.

Três referenciais básicos foram estabelecidos como plataformas para o estudo: A Crítica da Razão Prática de I. Kant e a avaliação do caráter necessário da norma, bem como a dificuldade de transpor para o plano histórico e empírico, critérios de universalidade inerentes ao "imperativo categórico".

A categorização dos valores de E. Spranger forneceu elementos para proceder a uma análise da sociogênese das normas, partindo de critérios valorativos, culturalmente estabelecidos, aptos a quantificar conteúdos para a moral.

Finalmente, a perspectiva piagetiana ofereceu as bases para uma avaliação da psicogênese como construção formal dos sistemas de regras, que compõem a moral humana.

O estudo aqui realizado estabelece seus próprios limites dentro dos três contextos acima selecionados por constituírem uma interpretação prefixada que visa harmonizar tais posições.

Estas fronteiras, assim definidas, justificam portanto o caráter circunscrito, e sem pretensões de ser exaustivo na matéria que o presente trabalho se propõe evidenciar.

## S U M M A R Y

This study is a theoretical analysis of the construction of norms which constitute the moral system that directs human behavior.

The analysis has been based on the reviews of the following theories:

First, I. Kant's Critique of Practical Reason and its evolution of the necessary character of norm, and the difficulty of transposition to the historical and empirical plans the criteria of universality inherent to the "categorical imperative".

Second, E. Sprangler's theory of value categorization was utilized to analyse the socio-genesis of norms, departing from valorative criteria which are culturally established and that allows the quantification.

Finally of contents, Piaget's theory offered the basis for an evolution of the psychogenesis as a formal construction of the rules systems that compose human morale.

This study is an "a priori" interpretation trying to harmonize these three approaches which, by their turn, constitute its own boundaries.



## I N D I C E

Agradecimentos	-----	iv
Resumo	-----	vii
Summary	-----	viii

### PÁG

INTRODUÇÃO	-----	01
------------	-------	----

### CAPÍTULO I:

O CARĀTER NECESSÁRIO DA NORMA	-----	07
-------------------------------	-------	----

### CAPÍTULO II:

O CARĀTER COGNITIVO DA NORMA	-----	18
------------------------------	-------	----

### CAPÍTULO III:

O CARĀTER VALORATIVO DA NORMA	-----	40
-------------------------------	-------	----

CONCLUSÃO:	-----	57
------------	-------	----

BIBLIOGRAFIA	-----	65
--------------	-------	----

## I N T R O D U Ç Ã O

A posição aqui adotada concorda em parte com as perspectivas tradicionais que, desde os antigos filósofos, até os nossos dias, de forma direta ou indireta, buscaram para a moral uma plataforma universal. Só que, no caso, o sentido generativo é o da forma de organização, sequência e evolução das regras construídas pelo indivíduo que transcendem a história e a cultura dos povos, ou seja, a sua psicogênese universal. Por outro lado, a moral encerra-se quanto aos seus conteúdos em doutrinas vinculadas a cada momento histórico-social específico, isto é sua sociogênese, variável histórica e culturalmente. Resultando uma interação entre os dados diacrônico e sincrônico em termos espaço-temporais e, a conjugação entre o todo e a parte em termos estruturais.

A moral, deste modo, exprime quer as regras ditadas pela ideologia do grupo social, traduzidas em leis e ordens de comportamento coletivo, quer uma sequência sistematizada e ordenada que exprime a aceitação, a clareza e o grau de ambivalência existente ao longo de cada momento da sua construção.

O indivíduo, apesar de pertencer ao grupo, é um ser único e individual, com características próprias à sua personalidade e qualidades de caráter que o compõem. Ainda constituem no sentimentos dicotômicos que se manifestam a cada instante, dependendo das situações em que se encontre.

Dotado de razão, como ser racional que o é e, consequentemente, subordinado a regras que se explicitam, quer como

programação filogenética, ou seja, vinculadas à sua própria natureza; quer como adquiridas, ontogeneticamente, apresentando fases em seu desenvolvimento cognitivo que indicam a evolução de seu raciocínio, através da sucessão e progressão deste sistema de regras. Em consequência, lhe é possível entender as normas estabelecidas, questionar seu conteúdo e até propor outras mais eficazes, de acordo com o seu próprio pensamento sobre as relações entre os indivíduos e os objetos.

Assim, o ser humano elabora sua própria axiologia, sua visão de mundo, sua percepção sobre as coisas e fenômenos, sua própria opinião com relação aos fatos, suas ações e identificações, além das especificidades de sentimentos.

Cada ser é um e diferente dos demais e sua relação com outros seres o torna um ser social. É justamente em função do comportamento social que existem as "leis morais", como direcionamento da conduta na relação e nas reciprocidades com os outros, com os grupos e a sociedade como um todo. Tais normas de comportamento, que tendem a se uniformizar nos indivíduos de um mesmo grupo social, procedem de uma estrutura normativa, frequentemente percebida como dotada de uma universalidade espaço-temporal, que ultrapassa cada situação social específica.

No entanto, sua capacidade de discernir sobre o que é bom ou mal e, seus sentimentos de prazer ou dor, lhe permitem fazer sistematicamente algum julgamento de valor ou expressar seu juízo, que até mesmo pode estar em desacordo com o grupo social.

O que se pretende avaliar neste trabalho é fundamen—

talmente o caráter universalizante da psicogênese da moral sem perder de vista sua intersecção constante com os aspectos decorrentes da sociogênese que interfere na própria incorporação de conteúdos das regras morais em cada indivíduo.

Segundo Piaget, estas potencialidades individuais atingem o seu ápice na adolescência, quando o sujeito já alcançou a possibilidade de reversibilizar.

É a fase em que o indivíduo, através de sucessivas du blagens de suas ações, já alcançou, no plano lógico, o conhecimento do que é idêntico, contrário, negativo e reversível, como estrutura de grupo governando o seu raciocínio (INRC). Ele consegue então, paralelamente, perceber e captar as regras existentes, amadurecê-las, ou melhor, adotá-las e refleti-las, bem como revertê-las em futuras ações que podem ser: permissiva, proibitiva, facultativa, indiferente. Assim, ele demonstra sua capacidade de raciocínio e abstração, aplicando-os ao direcionamento de sua conduta, em termos de praxis. O desenvolvimento das operações formais, vai assegurar a evolução racional da consciência moral.

Na palavra de Spranger, o adolescente deve ser visto como "fenômeno evolutivo", ou seja, fenomenologicamente deve ser encarado como "um todo" para que possa ser compreendido. O ser mutante que é o jovem, seja em termos sexuais, corporais, ou racionais, traz a baila elementos de um conjunto que se traduz no próprio sujeito. E é este conjunto que deve ser observado em sua totalidade. Seus sentimentos e valores adquirem novas formas em função de seu crescimento, desenvolvimento e co-

nhecimento. É nesta fase que se elabora uma filosofia de vida, coordenando um conteúdo de valores, apto a se traduzir em regras de comportamento que são sedimentadas, assim como códigos de comunicação.

A medida que em Piaget prepondera a análise pela vertente psicogenética, percebe-se em Spranger uma tentativa taxionômica dos conteúdos sociogenéticos. Em outras palavras, parece existir uma busca de plataformas universais, como categorias amplas aptas a conter o conjunto das variações, culturalmente possíveis. Esta perspectiva, justifica assim, a opção aqui adotada de se contrapor a psicogênese piagetiana a sociogênese sprangeriana a fim de avaliar a evolução do indivíduo, no plano moral sob as duas faces das transformações respectivas. No plano destas transformações uma das mais significativas, porque sempre diretamente observável é a que permite contrastar as gerações.

Obviamente, é cada geração que começa a surgir, efetivamente, num mundo social já existente, e, conseqüentemente, com suas regras também claramente estabelecidas. É na contradição entre estas filosofias de vida ou "visões de mundo" que nasce o "conflito de gerações", isto é, a contestação do jovem a certas normas do adulto e a não aceitação do adulto de ser contestado, reagindo ao jovem em sua contestação.

Isto não é apenas um jogo de palavras mas ao contrário, é a própria discussão sobre uma dialética social acerca da evolução do conceito de moral que é retomada a cada geração. É claro que existe a necessidade de uma moral como definição de

regras de comportamento frente a si mesmo e ao grupo social. O ser, por sua natureza racional, organiza o seu modo de ser e de agir, utilizando-se de regras constituídas por ele mesmo, que decorrem de sua interação com o meio, através de suas ações, mas sempre tentando imprimir aos conteúdos, assim adquiridos um centro de interpretação e vivência pessoais. Novamente reaparece o aspecto formal, repetitivo a cada geração e a variação dos conteúdos que se sucedem.

A sequência lógica da evolução das regras possível do indivíduo foi estudada por Piaget, a partir da conjugação entre a prática e a consciência das mesmas, que psicogeneticamente aponta o adolescente como o seu pináculo.

Por encontrar-se em seu último estágio cognitivo, o adolescente sente-se capaz, racionalmente, de expressar suas idéias e ideais. A linguagem utilizada, o modo de ser e seu sistema axiológico adquirem características próprias, o que na visão de Coleman geraria um "abismo" entre a sociedade dos adultos culminando em uma sub-cultura cada vez mais diferenciada. Representa assim a adolescência, a conclusão dos aspectos formais, não necessariamente da absorção de conteúdos nessa evolução.

De outra parte, Friendenberg

*"presume que a sociedade manipula o adolescente para adaptá-lo, através de conflitos e crises, a um molde de conformismo de massas" (Muuss, 1972, p. 209).*

Neste sentido, interfere no estabelecimento da identidade do jo

vem e não considera a adolescência como um fenômeno evolutivo social. O adolescente surge como auge crítico na sociogênese da ética do indivíduo.

Há, portanto, uma interação entre a ideologia e a axiologia, indivíduo e meio que caracteriza transformações constitutivas da psique humana.

A moral, na percepção individual torna-se uma regra "universal e eterna", isto é, transcultural e atemporal; enquanto ao nível da construção social tende a restringir-se a um contexto específico e a um momento histórico determinado, apontando diferenças entre contextos e momentos.

A investigação desse desenvolvimento em termos de psicogênese, representa a tentativa de recuperar o elemento universal da moral, não pelos conteúdos das normas, como pretende a axiologia tradicional, mas através das estruturas formais.

O encadeamento teórico aqui adotado obedece portanto, a um critério que permite entrelaçar as três vertentes do problema: moral como necessidade, moral como evolução lógica e psicológica da regra, moral como conteúdo social e valorativo. A cadeia de relações assim concebidas é o que constitui o cerne deste trabalho cuja estrutura global envolve uma sequência correspondente, hierarquicamente ordenada.

Partindo-se da plataforma normativa que direciona a conduta, percebe-se a existência de uma coordenação geral de regras e normas que, filosoficamente, indica a necessidade do indivíduo organizar-se. Entretanto, esta "necessidade" não é a-

priorística, conforme as proposições discutidas pela metafísica universal ou mesmo em relação ao próprio sujeito em termos da perspectiva inatista, mas ao contrário, apresenta-se como uma predisposição que está submetida a critérios lógicos e valorativos, diretamente subordinados ao desenvolvimento racional, emocional e motivacional do sujeito.

Esta evolução individual caracteriza-se por etapas ou períodos discretos, que podem ou não apresentar-se em equilíbrio. De qualquer modo, é na confluência das consequências lógicas com as valorativas que vizualizam-se os patamares do que se entende por moral.

Dessarte, no estabelecimento das maneiras de conduzir-se, para consigo mesmo e para com os outros, não só a razão pode ditar as regras pois a motivação e a emoção também pertencem a este processo. As leis morais então, unem sentimentos e raciocínios em busca de seus objetivos organizacionais constantes, ou estilos de comportamento. Nesta perspectiva, o sentido da conduta acompanha a totalidade do ser, em cada estágio de seu desenvolvimento, relacionado ao meio que o cerca.

A sequência evolutiva do ser humano demarca a adolescência como sua etapa terminal, em função de supor-se a conjugação entre a formalização do pensamento e amadurecimento da emoção; o que, a grosso modo, deveria acompanhar o processo natural do desenvolvimento de crianças em jovens e estes, em adultos.

O jovem, por sua vez, é um ser em transformação, conseqüentemente disposto também a transformar posto que é esta sua



totalidade característica. Em contrapartida, depara-se com normas sociais que, algumas v $\acute$ zes, se op $\acute$ em  $\grave$ as suas perspectivas de mudan $\acute$ ça; isto acarreta conflitos que nada mais s $\grave$ o que "o choque" entre julgamentos distintos ou diferentes conceitos mo-rais.

Em outras palavras,  $\acute$  a partir da adolesc $\acute$ ncia que surgem os questionamentos e investiga $\acute$ es sobre as bases que ali-cerçam a moral vigente, por conseguinte  $\acute$  com a juventude que aparecem as novas e, muitas v $\acute$ zes, combatidas filosofias de vi-da, futuras bases que servem de sustent $\acute$ culo para a moral da pr $\acute$ xima ou pr $\acute$ ximas gera $\acute$ es.

Por ser este um estudo te $\acute$ rico, apenas os fatos cons-tatados permitem infer $\acute$ ncias e conjecturas a respeito do assun-to em quest $\acute$ o, carecendo de proposi $\acute$ es emp $\acute$ ricas para poss $\acute$ veis conclus $\acute$ es substanciais.

Pode-se assim, compactar sinopticamente a hierarquia destes conceitos e das principais hip $\acute$ teses te $\acute$ ricas aqui defen-didas, atrav $\acute$ s da rede nomol $\acute$ gica que figura no quadro conclusi-vo da p $\acute$ gina 66.

O objetivo deste trabalho volta-se para a an $\acute$ lise des-ta dial $\acute$ tica entre a const $\acute$ ncia de uma estrutura l $\acute$ gico-formal subjacente e a cont $\acute$ nua mudan $\acute$ ça de conte $\acute$ dos, incessantemente, transformados pela evolu $\acute$ o da sociedade.

A escolha da psicologia do adolescente como ponto sis-temático de inflex $\acute$ o dessas transforma $\acute$ es, oferece ao estudo em pauta, o referencial psicol $\acute$ gico e psicogen $\acute$ tico para a sua elabora $\acute$ o.

## CAPÍTULO I

### CARÁTER NECESSÁRIO DA NORMA

"A necessidade moral absoluta" traduzida no "imperativo categórico" foi defendida por Kant como sendo a adequação das regras aos seus fins, isto é, condição necessária para existir a moralidade.

A moralidade assim descrita é sinônimo de educar-se em termos de uma organização que regule a busca de objetivos almejados. Este processo ocorre a nível subjetivo e é inerente a toda decisão, o que se traduz em moral.

A necessidade de que exista uma moral é própria do ser humano já que, possuidor de razão, é capaz de criar normas ou regras que pautem as suas vontades. Este é o uso prático de sua razão e o fundamento de sua causalidade. Ou seja, o individuo estabelece maneiras de agir na perspectiva de alcançar seu intento.

As diversas regras práticas podem ser consideradas de dois modos: subjetivas e objetivas. Quando as condições são consideradas pelo sujeito como verdadeiras só para a sua vontade, elas são subjetivas ou "MÁXIMAS". Quando as condições são válidas para a vontade de todo o ser natural, elas são objetivas ou "LEIS PRÁTICAS". Entretanto, as regras estarão sendo sempre consideradas como produtos da razão, porque prescrevem ações. Assim sendo, a regra que determina um "dever ser" é considerada como imperativo.

Por outro lado, é a vontade que visa os fins e esta assenta-se no princípio de desejar: quer se atingir aquilo que se deseja. As causas determinadoras deste desejo estão no prazer que se espera de alguma coisa, interessando muito mais a sua quantidade do que a origem da representação desse objeto agradável.

Deste modo temos a vontade determinando os objetivos que possuem suas regras próprias, que com eles interagem numa relação dialética, justificando-se por si mesmos. Este equilíbrio entre razão e emoção estaria presente em todos os seres humanos e alicerçaria a existência da moralidade. Cabe ressaltar porém, que este equilíbrio é coordenado pela razão posto que, em última instância, é ela quem regula as vontades.

Afirma Kant,

*"Todo princípio da moral reside em nossa razão autônoma". Considerando esta "autonomia como princípio da natureza humana e de toda a natureza raciocinante" (Kant, s/d: 13).*

No entender de Piaget, esta autonomia não é apriorística: é construída no plano empírico e é atingida a partir da adolescência. O desenvolvimento cognitivo do ser humano abrange a "natureza raciocinante" e a evolução no sentido do uso prático de sua razão. Conclusão esta, jamais manifestada na teoria kantiana, posto que considera o sujeito transcendental formalmente "acabado" em sua racionalidade.

A prática da razão, então, está traduzida em ações, pre

viamente raciocinadas, isto é, dispostas em regras. Dessarte, a prática da razão, nada mais é que a própria regra que determinará a ação, conseqüentemente: Lei. Em termos universais: "lei moral"; em termos individuais: "máximas". É possível o ser humano esboçar "máximas" que se contraponham a "lei moral". Neste caso, a "lei moral" soará como um

*"imperativo que manda categoricamente, porque a lei é incondicionada" (Ibid, p. 67).*

*"Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal" (Ibid, p. 64).*

Isto porque supõe-se que ela valha para todo aquele que possui razão e vontade, logo objetivamente necessária a todos os homens.

Esta necessidade da norma, vista pelo prisma kantiano, suscita uma indagação epistemológica no que se refere ao seu valor absoluto. Ou seja, o caráter de sua normatividade imperativa supõe a existência de uma "verdade absoluta" inquestionável. Ou, de uma "norma absoluta" como "valor universal"; conceito altamente polêmico nas correntes filosóficas contemporâneas. Por outro lado, se todos os seres racionais concordassem entre si, a "lei moral" seria única, mas não imperativa e sim ativa, posto que encerraria uma vontade comum a todos, caracterizando um fato geral, mas não necessariamente uma lei universal.

Cabe salientar, então, dois conceitos descritos por Kant e que indicam uma relação social: "autonomia da vontade" e "heteronomia do livre-arbítrio". Sendo a primeira considera-

da como:

*"o único princípio de todas as leis morais e dos deveres correspondentes às mesmas";*

e a segunda como

*"a expressão de uma máxima que pretende se apresentar como forma legisladora universal comum" (Ibid, p. 68).*

Isto significa dizer que ser autônomo implica em um desenvolvimento das regras que pautam as ações e que deve governar a vontade; enquanto que ser heterônomo indica a imaturidade do indivíduo por levar em consideração, apenas a sua vontade como interpretação do desejo subjetivo, determinando as ações.

A postura de Kant admite uma valorização racional do indivíduo embora leve em conta o seu lado subjetivo. O homem regula as suas ações na direção de objetivar suas vontades - buscando alcançar o prazer.

Entretanto, ressalta-se que a lei moral funciona como um regulador universal que visa a equidade entre os indivíduos; em outras palavras, o cumprimento de normas sociais no grupo. Assim, depara-se com a dicotomia entre a "máxima do amor de si mesmo", que tem o papel de aconselhadora; e a "lei da moralidade", que ordena ou manda no indivíduo, isto por que se efetiva como necessária a todos.

Esta necessidade se faz então cada vez mais presente,

uma vez que, se todo indivíduo, que amadurecesse em sua razão, propusesse a efetivação de suas próprias máximas, se perderia a noção de ordem social, e anarquicamente, viveria-se um caos.

A situação descrita por este prisma e reportada a uma realidade empírica seria análoga a do despertar do jovem para a sua própria capacidade de autonomia moral, acompanhado das ilusões que lhe são comuns.

Por outro lado, considerar-se uma "moral absoluta" significa não haver possibilidades de mudanças nas normas morais, o que implicaria em imposição e não comunhão de idéias entre os seres. Deste modo, coloca-se em questão: "o imperativo categórico" em contraposição ao "imperativo hipotético".

Que os indivíduos necessitam de uma lei moral que os organize em grupo social, é inquestionável, porém este "dever ser" (imperativo) deve estar pautado em "condições de causalidade como causa eficiente" para atingir um dado objetivo e não, em meras determinações de vontades.

O imperativo hipotético enquanto imperativo, permanece com a condição de um dever a ser cumprido; enquanto hipotético, entretanto, perde o caráter "impositivo, autoritário e absoluto", para adquirir uma perspectiva de tentativa e investigação com possibilidades de verificação sobre sua pertinência ou não, frente a realidade.

*"A natureza sensível dos seres racionais, em geral, é a existência dos mesmos, de baixo de leis empiricamen*

*te condicionadas, o que para a razão, consequentemente, é heteronomia. A natureza supra sensível dos mesmos seres e, por outro lado, a existência deles segundo leis independentes de toda a condição empírica e que, portanto pertencem à autonomia da razão" (Ibid, p. 83).*

A heteronomia então traduz-se num princípio exterior à razão autônoma pertencente apenas ao mundo dos sentidos, que submete a mesma por condicionamentos transformados em "leis": percebe-se a existência de um "agente exterior" que determina a origem do nexos das ações. Contrariamente, a autonomia é regida por uma auto-determinação na qual a origem do nexos das ações encontra-se no próprio indivíduo.

Compreendendo a natureza supra-sensível como "o mundo do entendimento", que tem suas bases alicerçadas na razão, conclui-se que a lei moral deve ser o resultado desta conjugação: natureza supra-sensível e mundo intelectual puro. Neste sentido, não se teria argumentos quanto à validade da lei, posto que acredita-se que sob a égide da razão, os indivíduos estão habilitados a entender-se.

Transpondo-se tal perspectiva filosófica a um plano de realidade social, a relação entre jovens e adultos, no que diz respeito aos conceitos morais, teria-se um fundamento "lógico" para a resolução do "conflito de gerações".

Entretanto, como afirma o próprio Kant:

*"No uso teórico da razão, só a experiência pode dar-nos o direito de aceitá-la" (Ibid, p. 89).*

Isto nos dá referenciais para um julgamento entre: o que é bom

e aceito e, o que é ruim e não aceito. A discussão entre o que é bom ou mau pressupõe um julgamento, ou melhor, um juízo de valor moral, que se fundamenta no sentimento de prazer ou dor.

Considerando como bom, tudo aquilo que traz prazer e, como mal, o que traz sofrimento, poderia-se dizer que o primeiro está vinculado ao desejo, enquanto o segundo a aversão. Estes dois conceitos, na visão kantiana permanecem ao nível dos imperativos hipotéticos pois são apenas meios de expressão subjetiva, necessitando de um fundamento intelectual, que será objetivado pela razão, nas ações.

Desta feita tem-se: ações que encerram legalidade, isto é, aquelas que são executadas mediante, exclusivamente, à lei moral; e ações que contêm moralidade, isto é, as que se efetuam em conformidade com a lei moral mas movidas por um sentimento que seja suficiente para a determinação de sua vontade.

Assim, nas ações "legais", o indivíduo cumpre um dever social, que lhe é imposto de fora para dentro de si, sem que o mesmo valorize aquilo que lhe está sendo ordenado a executar. Diferente das ações "morais" em que este mesmo dever social possui valor intrínseco, pois que pertence a vontade do sujeito. Esta distinção, a grosso modo, pode ser comparada a dicotomia entre heteronomia e autonomia, em que se verifica por um lado, apenas a relevância do dado social e, por outro, à lei universal inerente ao sujeito.

Entretanto, o que se pretende é uma conjugação entre estes dois tipos de ações pois isto equivaleria ao equilíbrio entre a razão e o sentimento, onde a lei moral resulta no pró-



prio motor que impulsiona as ações e, conseqüentemente proporciona efeitos no próprio indivíduo que culminam no respeito para consigo e com os outros.

*"... o respeito para com a lei moral é um sentimento que se produz por um fundamento intelectual, sendo este sentimento o único que nos é dado conhecer, anteriormente, "a priori" e cuja necessidade podemos ter como evidente" (Ibid, p. 126).*

Este sentimento pertence a cada um dos indivíduos e a todos a um só tempo, na dialeticidade indivíduo, meio social. Além disso, o respeito refere-se às pessoas e não aos objetos, posto que estes não possuem razão. Uma pessoa pode ser considerada, por vários motivos, como por exemplo: objeto de amor, ódio, terror ou admiração, mas não se constituir como objeto de respeito. Isto significa que o respeito pertence ao "mundo do entendimento" dos homens, acrescido do desenvolvimento de sua razão.

É em função deste respeito que a lei moral se efetiva socialmente, embora muitas vezes estando em desacordo com as inclinações de alguns. Mas o respeito não implica, necessariamente, no sentimento de prazer, e sim na capacidade do indivíduo saber reger as suas vontades. Esta "sabedoria", porém é alcançada ao longo de sua atividade racional que se manifesta como um polidor de suas ações no âmbito social.

A extrema racionalidade kantiana não lhe permite ver o homem como um todo; isto é, como integração de sentimento e razão. O sentimento, por ele citado, é dominado pela razão, ou

deveria ser; o que contraria a perspectiva irracional a qual revela a presença do dado emocional, embasada na expressão do desejo como direcionamento da vontade: expressão do prazer.

Por outro lado, se o sentimento fosse regido pela razão, só sentiríamos aquilo que a razão nos permitisse, ou o que a consciência quizesse, o que implicaria na universalidade soberana da razão. Tal suposição contraria uma característica universal: é a emergência de sentimentos desprovidos de qualquer razão tão verdadeiros quanto os racionalizados pois que manifestam vontades e desejos. Esta postura na análise do indivíduo ultrapassa o "Paradigma Estático" proposto por Kant onde o papel do desejo encontra-se dicotomizado ao nível dos imperativos hipotéticos, exigindo o dado intelectual, que respaldaria o imperativo categórico.

É inegável que a tentativa de Kant foi a valorização do indivíduo e principalmente de sua consciência, entretanto sua busca de uma infraestrutura universal para a moral humana, realizada ao nível de um apriorismo atemporal não lhe permitiria alcançar o estudo mais detalhado desta plataforma constante da moral, que transcende a variação de seus conteúdos. Somente através de uma avaliação psicogenética, tornou-se possível, graças as investigações da psicologia genética, recuperar as características generativas e gerais da forma da moral, compatibilizando-as com a diversificação imposta pela cultura, a variação ideológica e axiológica.

Pressupondo uma racionalidade terminal e definida, não visualizou Kant a necessidade evolutiva no estabelecimento e a

ceitação de normas ou regras, para o próprio indivíduo e em relação aos demais, apenas se preocupando com o caráter necessário e estático da normatividade.

É claro que esta necessidade se faz presente em qualquer ser humano, entretanto esta pertence a uma plataforma axiológica na qual o "imperativo categórico" é indissociável de seus conteúdos adquiridos pela experiência o que leva, na prática quotidiana a percebê-lo como um elemento externo, heterônomo, ultrapassando o próprio valor da "consciência autônoma". Porém, é esta consciência que sofre o amadurecimento em termos da elaboração e reflexão das normas, que culminam na responsabilidade do indivíduo para consigo mesmo e para com a sociedade, processo praticamente estabilizado a partir da adolescência.

Deste modo, é a evolução do sujeito que proporciona condições para a efetivação de sua moralidade (condição básica para existir o respeito) e o cumprimento das leis morais, isto é, o acordo com padrões ideológicos, socialmente estipulados. Em outras palavras, o conteúdo da norma sofre variações em função do julgamento de seus méritos, a partir da maturação individual.

A exigência feita por Kant, ao ser racional, de saber usar o seu intelecto para alcançar a responsabilidade da liberdade, permanece como uma constante em todo o desenvolvimento do ser humano, pois ter a coragem de ser livre é servir-se do seu intelecto. A consciência garante a autonomia do indivíduo em função de representar a sua razão e é, a partir desta, que o sujeito encontra a liberdade de elaborar os seus padrões normativos que regem sua existência e as relações com o mundo.

O enfoque kantiano nos proporciona suporte para o estudo do desenvolvimento desta consciência em termos de uma lógica como regra representativa, cognitivamente, e de uma lógica como regra prática, eticamente, mas restringindo-se às características formais mais abrangentes da moralidade.

## CAPÍTULO II

### CARÁTER COGNITIVO DA NORMA

Enquanto Kant nos apresenta o ser capaz de construir os "FENÔMENOS" posto que possui razão e é esta a mola mestra de suas cognições, Piaget acrescenta a esta afirmativa, a própria construção do ser como fenômeno a partir de suas ações e interações com o meio, o que fundamentam o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento cognitivo, segundo esta perspectiva é constituído por fases, que caracterizam estágios da consciência, no processo evolutivo do ser.

Deste modo, do lactente ao adolescente, o indivíduo encontra-se em períodos, delimitados pela maturação racional de suas atividades intelectivas.

Para Piaget, o mecanismo básico de como acontecem estas mudanças está pautado na interação dialética entre o indivíduo e o meio, traduzida nos processos de assimilação e acomodação. Isto porque estes invariantes funcionais expressam respectivamente: a incorporação do mundo exterior às atividades do indivíduo; e a reestruturação do indivíduo a partir da transformação ocorrida, o que o leva a outra ação. A síntese desta relação seria a adaptação, ou seja, o equilíbrio entre a informação do meio, decodificação do indivíduo e sua ação sobre o meio, a qual gera outra informação, num sistema retroalimentador.

Ainda, segundo Piaget

*"o desenvolvimento é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior" (Piaget, 1967).*

Estas passagens são as dublagens, ou seja, estruturas menos elaboradas transformam-se em mais elaboradas. Assim se observa, em sentido longitudinal, ou diacrônico, vê-se a evolução maturacional destas estruturas, isto é, a sequência percorrida pelos períodos de desenvolvimento. Por outro lado, se o sentido é vertical, ou sincrônico, delimita-se apenas o período de desenvolvimento cognitivo no qual se encontra o indivíduo.

Assim, a cada momento o sujeito constrói o conhecimento e se constrói, a partir de suas próprias ações. Estas são

*"o ponto de partida das futuras operações da inteligência. A operação é, assim, uma ação interiorizada, que se torna reversível e que se coordena com outras em estruturas operatórias de conjunto" (Ibid, 1967).*

A organização do pensamento e a conservação do conhecimento são então os fios condutores que norteiam o caminho percorrido pelo indivíduo, no desenvolvimento de sua cognição.

Deste modo, através dos clássicos estágios do desenvolvimento cognitivo encontra-se em Piaget, na transição da criança ao adolescente, uma evolução significativa, lógica e coerente no sentido da norma.

As regras seguem um desenvolvimento concomitante à evolução do indivíduo cujo estágio em que se encontre possibilita observar-se a conjugação entre a prática e a consciência das mesmas; o que permite definir a rotina psicológica das realida

des morais. Assim, o estudo dos períodos que se faz a seguir têm por finalidade indicar tal simultaneidade, além de situar com relevo a fase das Operações Formais, onde encontra-se o adolescente, conseqüentemente a possibilidade de abstrair as regras que regem "a moral".

O que se pretende, portanto, é uma avaliação crítica desta colocação piagetiana, que contem efetivamente, uma proposta de recuperação da universalidade da moral, situada agora não mais na permanência dos conteúdos tampouco no sentido abstrato de uma forma apriorística, desvinculada da experiência, mas sim na própria ordem estruturante da regra ao longo da construção do sujeito epistêmico. Como se sabe, esta noção suplanta por seu caráter empírico e evolutivo, a estática noção kantiana de sujeito transcendental; torna-se então possível avaliar, dia-cronicamente, as características permanentes do ser humano, inerentes à sintaxe de uma moral universal.

Para poder recompor esta sequência evolutiva das regras, a análise dos períodos e fases piagetianas será realizada dentro da especificidade já assinalada.

O período sensório-motor,

*"representa a conquista de todo o Universo prático que cerca a criança através da percepção e dos movimentos ... No seu ponto de partida, o recém-nascido traz tudo para si, ou melhor, para o seu corpo, no final, isto é, quando começam a linguagem e o pensamento, ele se coloca, praticamente, como um elemento ou um corpo entre os outros, em um universo que construiu pouco a pouco, e que sente depois como exterior a si próprio" (Ibid, 1967).*

As tendências instintivas (reflexos ou mecanismos hereditários) e os primeiros hábitos motores e percepções organizadas, subordinam-se aos "esquemas" e a inteligência prática (anterior a perspectiva de representação ou verbalização).

Neste período, a "norma" é meramente a regra que governa a ação motora e individual, onde a manipulação da criança ocorre em função de seus próprios desejos e habilidades motoras: são simples regularidades individuais. A percepção constitui-se em sua retroalimentação que permite subseqüentes regulações e participa assim, indiretamente, do processo de "equilibração".

Esta fase culmina em duas modalidades essenciais para a transposição da conduta consumatória à conduta representativa: imitação diferida (repetição da ação com o modelo já ausente) e símbolo lúdico (representação da ação que não está presente, é imaginada), onde percebe-se que a regra, mesmo permanecendo ainda puramente motora, permite uma utilização original e não coercitiva pois está vinculada ao teste da realidade, através das variações que a norma permite (o que na verdade já se inicia com a "reação circular terciária").

Tal fato caracteriza certo nível de percepção da regra neste estágio de desenvolvimento. É portanto, a partir destes dois tipos de comportamento que se efetua a transição para a atividade representativa específica do ser humano.

O período pré-operatório caracteriza-se então, pelo início da representação e tem como referencial o símbolo, ou seja, a distinção entre o significante e um significado. Esta compreensão, do particular para o particular, é feita através de passa



gens transdutivas, isto é, da linguagem utilizada socialmente , para a linguagem da criança respectivamente.

A criança elabora a inteligência intuitiva e está rigidamente centrada nos objetos. Nesta colocação situa-se uma visão do mundo na criança, essencial para compreender a elaboração representativa das normas, que se desenvolve a partir deste egocentrismo. Isto porque a regra vinda do exterior é seguida, mas apenas imitando-se o exemplo pois, quando as crianças se reúnem, cada uma age por si, mantendo-se individualista, num autêntico "monólogo socializado".

Esta perspectiva, envolvendo a transição gradual do "egocentrismo" para "socialização" representou a mais antiga - e talvez a mais criticada - das hipóteses propostas por Piaget. É a fase em que a regra passa a ser percebida pela criança como norma absoluta, social e intangível, de origem adulta e possuindo uma essência eterna, em que qualquer proposta de modificação parece à criança como transgressão.

É contudo a fase na qual a contradição é mais ostensiva. A par da percepção de uma inflexibilidade da norma ocorre uma absoluta displicência pragmática quanto ao seu cumprimento efetivo.

Os primeiros indícios de descentração do objeto possibilitam as primeiras manifestações de conservação e indicam a passagem para o período subsequente no qual inicia-se a manipulação mental de objetos reais e não abstratos.

No período das operações concretas, o desenvolvimento

do "esquema contração-descontração" permite que a criança comece a perceber semelhanças entre objetos que fundamentam a classificação; e, também, diferenças entre eles, o que a leva à seleção. Estes dois princípios básicos, permitem a criança perceber os conceitos de número, medida, velocidade, causalidade, acaso e probabilidade, isto em função do seu próprio amadurecimento e relações que estabelece racionalmente. A formação do conceito, entretanto, é gradativa e constitui uma modalidade de conservação de invariâncias que exige a realização de equilibrações sucessivas.

É o começo do raciocínio lógico, pois a possibilidade de operar se faz não apenas na ação direta, mas também na representação. Neste sentido, as "normas" principiam a equacionar-se em termos lógicos. Sua logicidade vai se tornando a plataforma coerente e progressiva da percepção assim renovada e da crescente consistência em nível pragmático quanto a subordinação do sujeito à norma, exigindo-se sempre mais uma unificação das regras para todos.

É o estágio onde surge a cooperação pois, efetivada tal nível de socialização, emerge uma preocupação grupal para que seus elementos cumpram o que foi estabelecido. A regra deixa aos poucos de possuir seu caráter místico e mágico para ser considerada como lei que, conseqüentemente, deve ser respeitada, obrigatoriamente, se se quer ser leal e honesto com os demais.

No período seguinte, as operações realizadas são feitas ao nível do próprio pensamento, ou seja, existe uma transposição do plano da manipulação concreta do real, para o das i-

déias expressas em qualquer linguagem. Isto significa que há uma capacidade de deduzir conclusões a partir de uma reflexão livre de puras hipóteses, independentes dos objetos, que se traduzem em simples proposições, operando-se assim a transição de um pensamento pautado no real para um pensamento elaborado sobre o possível.

Estas proposições possuem sua lógica baseada na reflexão e são reguladas por um sistema de implicações, através de uma "rede" combinatória em conjugação com o grupo das quatro transformações - INRC - o que indica o aparecimento da reversibilidade que se estabelece na própria representação do raciocínio sobre as ações do indivíduo, ou seja, uma nova forma de pensamento: hipotético dedutivo.

O período das operações formais, característico da adolescência, assegura ao pensamento e à afetividade, um equilíbrio superior ao que existia na segunda infância, embora haja um desequilíbrio provisório, em função de mudanças bruscas, sofridas pelo jovem, que afetam o seu estado emocional. Por outro lado, no processo evolutivo do conhecimento, a adolescência se opõe à infância pela livre atividade de reflexão espontânea, o que caracteriza a inteligência formal, marcando a libertação do pensamento.

Este estado de consciência manifesta uma onipotência reflexiva que culmina no egocentrismo intelectual do adolescente. Neste sentido, o indivíduo, tem condições de construir sistemas e teorias abstratas, principalmente as que dizem respeito as transformações do mundo, isto é, elabora as suas próprias pla

taformas: ideológica e axiológica.

Entretanto,

*"o equilíbrio é atingido quando a reflexão compreende que sua função não é contradizer, mas se adiantar e interpretar a experiência (Piaget, 1967).*

É neste período que a conservação atinge o seu auge pois consegue isolar, em qualquer contexto, seus determinantes reais e possíveis. Enquanto no pensamento concreto havia a representação de uma ação possível, no pensamento formal há a representação de uma representação de ações possíveis.

É importante notar que este desenvolvimento cognitivo demonstra a possibilidade do jovem abstrair regras e reaplicá-las quando necessário, o que implica na busca de conhecimentos mais profundos, não só na experiência que se origina na vida exterior como também na que surge da vida interior.

Este estágio, denominado o da codificação das regras, caracteriza-se pelo interesse da regra em si mesma, isto é, as regulamentações de como proceder grupalmente e os códigos utilizados são mantidos tal qual os da sociedade inteira. A regra é definitivamente respeitada como lei, embora possa ser aceito o princípio de sua transformação e aprimoramento a partir de uma nova colocação com fundamentação racional e concordância da opinião geral.

Em resumo, pode-se observar, que a regra coletiva é primeiramente percebida como exterior ao indivíduo, consequentemente pertencente a sociedade, e pouco a pouco ela vai se inte

rriorizando até que aparece como produto do consentimento mútuo e da consciência autônoma. Divergindo de Kant, Piaget analisa o desenvolvimento e a construção interna da tomada de consciência, num processo evolutivo de crescimento, enquanto o primeiro fixa-se na consciência autônoma como pressuposto único e acabado.

No que concerne a sua prática, segundo Piaget, a regra é tida inicialmente pela criança dentro de um respeito absoluto místico enquanto conhecimento e aplicação precária e oscilante em termos práticos. A partir do momento em que a regra passa a corresponder a uma observância constante transforma-se em respeito racional e motivado.

Assim,

*"toda a moral consiste em um sistema de regras e a essência de toda moralidade está no respeito que o indivíduo tem por estas regras" (Piaget, 1957).*

Este respeito, entretanto, está pautado nos construtos honestidade e lealdade que se incorporam ao indivíduo em seu processo evolutivo.

Como se pode notar, as primeiras formas da consciência do "dever" no indivíduo, são essencialmente heterônimas, ou seja, pautada pelos adultos que o cercam, pois estes representam a própria sociedade que determina as regras morais. A "autonomia moral" só é conquistada a partir do momento que se atinge o estágio de cooperação posto que é ele que garante a manifestação do respeito necessário às regras e, concomitantemente a compreensão sobre as mesmas.

No momento que se refere ao julgamento moral do indivíduo, percebe-se também um desenvolvimento em termos da relação que é mantida entre adultos e crianças, até que estas atinjam a adolescência e adultos. Assim coloca-se o problema do respeito unilateral ou os efeitos da opressão adulta na criança no que concebe como deveres e valores morais em geral.

A princípio, todo e qualquer critério de moral, ou mesmo sua transformação em lei, é estabelecido a partir do adulto para a criança. Suas vontades, crenças e opiniões são traduzidas no que Piaget denominou "Opressão Moral" pois, embora todas as regras estejam vindo de fora do sujeito, externas a ele, parecem existir dentro dele e este as expressa como se fossem suas. Isto equivale a uma "Opressão Intelectual" onde as atitudes adotadas em relação a linguagem e realidades intelectuais são impostas pelos adultos, atingindo-se assim o "Realismo Moral".

0

*"Realismo Moral é a tendência da criança de considerar os deveres e valores que se reportam como subsistente em si, independentemente da consciência e como se impondo obrigatoriamente, quais sejam as circunstâncias nas quais o indivíduo está emgajado" (Piaget, 1957).*

Nesta perspectiva nota-se que o "BOM" se define pela obediência à imposição feita pelo adulto. Apesar da regra não ser ainda elaborada pela consciência infantil ela não é julgada ou interpretada, mas simplesmente deve ser executada como revelada pelo adulto. O mais importante são as palavras dos que exprimem a regra e não o seu mérito - diversamente seria atingida a

racionalidade e a interioridade.

Na concepção de Platão, por se acreditar na existência de um "mundo" transcendente ao homem, onde todas as "Idéias" possuíam formas arquetipais, o BEM era considerado como o vértice desta escala na qual as coisas boas são participações deste em seu estado absoluto. Reportando-se este pensamento à concepção psicológica, a noção ontológica de BEM não podendo ser submetida a nenhum questionamento, iria comparar-se a postura da criança, cognitivamente acrítica em relação a heteronomia de regra estabelecida pelo adulto.

A opressão do adulto é assim o sinônimo do "Realismo da palavra" onde a realidade (retomando a teoria aristotélica) é aquilo que se diz à criança e, nada além disso. Neste sentido exige-se uma concepção "objetiva da responsabilidade", isto é, a avaliação dos atos infantis não é encarada em função de sua intenção mas em conformidade material com as regras colocadas. Isto retrata a existência de um "respeito unilateral" pois apenas é considerado como satisfatório o que está submetido às normas estabelecidas, o que aliás norteia as bases do autoritarismo.

Se, por um lado, o sentimento de respeito ao adulto corresponde a um julgamento das regras em termos de magia e transcendência; por outro, a criança não deixa de manifestar o seu "desejo" em suas ações, o que corresponde, em termos da praxis, à "transgressão da regra". Esta inconsistência da regra no âmbito infantil pode ser comparada a postura irracional de Nietzsche, onde o desejo é a "mola mestra" que pauta as ações

pois traduz-se no fundamento da vontade do indivíduo; contrariando a proposta racional kantiana, que embora leve em conta a presença do desejo, este estará sempre vinculado a um fundamento intelectual, para objetivar-se em ação.

O ser humano, porém, caminha em franco desenvolvimento em sua cadeia evolutiva e, cognitivamente tende a maturar sua racionalidade também em relação ao seu julgamento moral. Assim, vai aguçando o seu sentido crítico do real e, com isto, se desvinculando dos "autoritarismos", o que acarreta na superação gradativa do "Realismo". Os critérios de "BEM" e "MAL", justiça, falsidade e veracidade, passam a ser indagados, além das próprias atitudes dos adultos, que antes eram entendidas como absolutas.

Os estudos de Kohlberg, que fazem de sua teoria a extensão da de Piaget, no que diz respeito aos estágios de desenvolvimento e não na filosofia básica que os sustentam, enfatizam a concomitância do desenvolvimento cognitivo e a prática da ação (fenômeno aliás pouco explorado pelo próprio Piaget). Deste modo, é possível visualizar uma evolução isomórfica que vai da divergência à convergência entre a atribuição de sentido valorativo ou moral, no que se refere a ação, e o desenvolvimento da lógica da moral, ou seja, do pensamento, no que diz respeito a cognição da norma. É a conjugação entre a ética e a cognição que corresponde a plataforma, formalizada, sobre a qual alicerça-se o estudo evolutivo da moral.

Nesta perspectiva de convergência, a regra passa a ter o sentido organizador das ações em detrimento de seu caráter manipulador. Aí, instalam-se alguns conflitos, naturais ao próprio questionamento do ser em transformação.



A percepção auto-consciente da própria ação e possibilidades respectivas, culminam na assunção do termo de responsabilidade perante ao mundo, que ora se efetiva no sentido de considerar as intenções propostas pelas regras e não mais simplesmente suas palavras. E, embora a norma seja encarada como "lei", esta pauta-se em elaborações e interpretações da própria consciência, o que garante sua inteira autonomia. Além disso, a concepção "subjetiva da responsabilidade" demonstra, não mais um "respeito unilateral", mas a compreensão da necessidade da regra como instrumento para convivência no grupo social, o que supõe a existência de "respeito mútuo" e "cooperação".

Segundo Mora, a responsabilidade traduz-se nas respostas do indivíduo, aos seus próprios atos e os efeitos alcançados por estes, concordando com vários outros filósofos que entendem como fundamento básico da responsabilidade, a liberdade da vontade. Acrescenta ainda que

*"responsabilidade é um sentimento pessoal que compromete cada pessoa e lhe faz compreender que não pode simplesmente abandonar-se às suas conveniências individuais" (Mora, 1958, p. 1163).*

Este compromisso aliás, não se estabelece apenas unilateralmente para consigo mesmo; as mais importantes páginas da psicologia social foram escritas, indiscutivelmente, a partir do desdobramento desta ótica. Não apenas o sujeito percebe e atribui a si responsabilidade pelos seus atos, esta percepção irradiava-se e projeta-se ao mundo físico e social circundante estabelecendo-se primeiramente, a tese da atribuição de causalidade e, posteriormente, a tentativa de averiguar estilos pessoais na pro

porção entre atribuição ao mundo externo ou interno, o que resultou na conhecida proposta de Rotters (1965).

Em "Teorias em psicologia social" (Deutsch, 1970), Heider afirma que:

*"a atribuição da responsabilidade pessoal implica uma decisão sobre a qual várias condições da ação têm maior peso no resultado real. E, em geral, quanto maior é a influência que se atribui aos fatores ambientais, menor é a responsabilidade que se assina à pessoa por uma ação com a qual está vinculada" (p.39).*

Deste modo, quando a pessoa é julgada a partir dos resultados do que faz, aproxima-se do que Piaget denominou de responsabilidade objetiva. Por outro lado, quando o julgamento é feito pela intenção que se teve ao fazer algo, isto corresponderia à noção de responsabilidade subjetiva, tal como fora definida pelo mesmo autor. Em outras palavras, a responsabilidade sempre estará vinculada a um sentimento individual que se encontra submetido a um juízo de valor em relação ao próprio sujeito e ao meio social que o cerca, o que supõe-se ser o processo no qual está engajado o adolescente.

Podem-se distinguir dimensões na evolução do comportamento moral: num primeiro estágio, o do Realismo Moral, visualiza-se o respeito sincero e docilidade da consciência da criança em oposição a sua insubordinação às regras. É a manifestação do egocentrismo que traduz a inconsistência na prática de regras versus a mística da lei. Além de perceber-se a divergência entre a cognição, que tende a acatar as regras, e o valor, que movido pelo desejo, norteia suas transgressões.

Num segundo momento, o da Cooperação nascente, existe uma preocupação com os outros e a unificação das regras para todos que compõem o grupo. Opera-se a superação gradativa do Realismo Moral e visualiza-se uma convergência progressiva entre a cognição e o valor.

A terceira dimensão, caracteriza-se pela codificação das regras onde ocorre a interiorização de instruções e autonomia da consciência, e depara-se com a ajuda mútua, consequentemente, o respeito de fato: é o denominado convencionalismo em que as regras morais tendem ao equilíbrio entre a lógica e a ética, a cognição e o valor respectivamente.

SOCIALIZAÇÃO	EQUILIBRAÇÃO	VOLIÇÃO
Egocentrismo.	Divergência entre cognição e valor.	Realismo Moral.
Cooperação nascente.	Convergência progressiva entre cognição e valor.	Superação Gradativa do Realismo Moral.
Codificação das Regras.	Equilíbrio entre a lógica e a ética das regras morais.	Cooperação, Convencionalismo, Contratualidade

Em resumo, constata-se uma interferência direta do adulto na trajetória evolutiva do desenvolvimento do julgamento moral na criança que tende a prolongar-se na fase da adolescência na qual o jovem será futuramente um adulto, ou seja, o demonstrativo das gerações e seus códigos linguísticos utilizados

para a comunicação. O "realismo moral" é o típico exemplo da extrema valorização da linguagem verbal ou da "comunicação eficaz" que, segundo Adam Shaffs, (Penna, 1970), atinge um tal nível de influência na conduta do outro, que culmina em um estado de convicção que o induz a decisões.

Este estilo de comunicação, em sua essência autoritária, mesmo não sendo expressa em termos de agressão e violência, tem sua duração de exercício estabelecida pelo tempo que levará o indivíduo receptor da mensagem, em seu processo de conscientização das regras.

Por outro lado

*"para Merleau-Ponty, a linguagem não é, de modo algum apenas um instrumento capaz de despertar significados nos seus receptores. Na verdade, o sentido existe impregnado na própria mensagem" (Ibid).*

Como se pode notar, nem sempre a comunicação é expressa apenas pela linguagem verbal, existem outros comunicados, não verbais, tais como: o silêncio, o olhar ou gestos que constituem o conjunto das relações comunicativas ou, a comunicabilidade, isto é, o que é comunicável ao indivíduo.

Assim, o "Processo da Comunicação" descrito por David Berlo, ilustra bem o sistema de comunicação pertinente às relações entre os sujeitos.

É claro que o conteúdo informativo é escolhido pela própria fonte no sentido de exprimir e alcançar seu objetivo, porém ele pode não ser decodificado pelo receptor, da maneira que

se pretende em função, justamente, de toda a estruturação do processo comunicativo que como se vê não está limitado à língua gem.

Segundo , Horton Cooley (1909)

*"por comunicação entende-se o mecanismo pelo qual as relações humanas existem e se desenvolvem".*

Estas observações sobre a Comunicação, possibilitam a clarar o sentido do "realismo moral" na estruturação do julgamento de valor do filho em relação a autoridade exercida pelos pais. Enquanto a criança mantém-se a mercê das "palavras" dos pais, todo processo comunicativo é simplesmente absorvido, porém quando esta começa a evoluir e, conseqüentemente sua consciência a manifestar-se frente ao que lhe é transmitido em termos da dicotomia "bem-mal", este sujeito em formação, se sente com condição e direito de indagar sobre os conceitos morais estabelecidos, que nada mais são que os reflexos da ideologia do grupo social a que pertence (ou da "ordem simbólica" de Lacan).

Sonia Ruiz e Aida Rubiano (1980), investigaram sobre as extremas formas de autoridade exercida pelos pais e a estruturação da escala de valores de filhos adolescentes, concluindo que a necessidade natural de progredir e maturar é pertinente ao ser humano porém, o autoritarismo trava este processo evolutivo normal, por um lado e a ausência total de autoridade promove confusão e desordem por outro. Assim, constata-se que a autoridade encontra-se no equilíbrio entre o autoritarismo e o liberalismo, e não na diminuição ou supressão da iniciativa do jovem.

A maturidade do julgamento moral que, pouco a pouco, constitui a plataforma axiológica do adolescente, entra em desacordo com as premissas socialmente determinadas, algumas vêzes, e, este fenômeno, fomenta o despertar do autoritarismo por parte daqueles que se vêem questionados em sua autoridade.

É, no fundo, mais um componente de conflito que caracteriza a dinâmica da vida psíquica do adolescente. Ao mesmo tempo que sua vida cognitiva, ao alcançar o pináculo das operações formais, imprime um cunho lógico, cada vez mais objetivo, à trajetória de suas regras morais cuja origem e convenção social se torna patente e aceita, aparece concomitantemente, numa direção oposta, a tentativa de ruptura com a injunção social que emana da autoridade familiar.

Entretanto, como afirma Joana de Lazari (1978) em sua pesquisa sobre as "relações entre maturidade de julgamento moral e percepção das atitudes maternas e paternas", não são as atitudes dos pais, em si mesmas, que influenciam o comportamento moral dos filhos, mas a percepção que estes possam ter das atitudes dos pais.

Desta feita, percebe-se que, embora "a regra" faça parte integrante do ser humano, em todos os planos de sua existência, seja cognitivo ou ético, ela sofre um desenvolvimento único para cada indivíduo, de acordo com suas próprias percepções sobre a mesma, apesar de toda a interferência externa inicial deste processo.

A necessidade da regra e a sequência percorrida até a manifestação, de fato, da consciência é comum a todos os indivíduos que possuem suas faculdades mentais caracteristicamente nor-

mais, onde o adolescente é considerado como o pináculo da psicogênese nesta evolução por ser capaz de, não só, interpretar o sentido e julgar o mérito das regras, como também criar novas, pautado em sua própria racionalidade; portanto, o aspecto terminal do sujeito epistêmico, tal como vem sendo teorizado pela Epistemologia Genética.

A partir desta última etapa de desenvolvimento efetivo e real do jovem no plano das regras, surge a perspectiva subsequente que consiste não mais em uma transformação da consciência e sim, na tentativa, por parte do especialista, em formalizar retrospectivamente esta gênese, buscando assim, a estrutura acabada dessa evolução.

As tentativas voltadas para esse tipo de formalização ainda são pouco numerosas. Cabe todavia, destacar que um estudo original desta natureza foi realizado na América Latina por um grupo de investigadores composto por Battro, Fagundes e outros colaboradores.

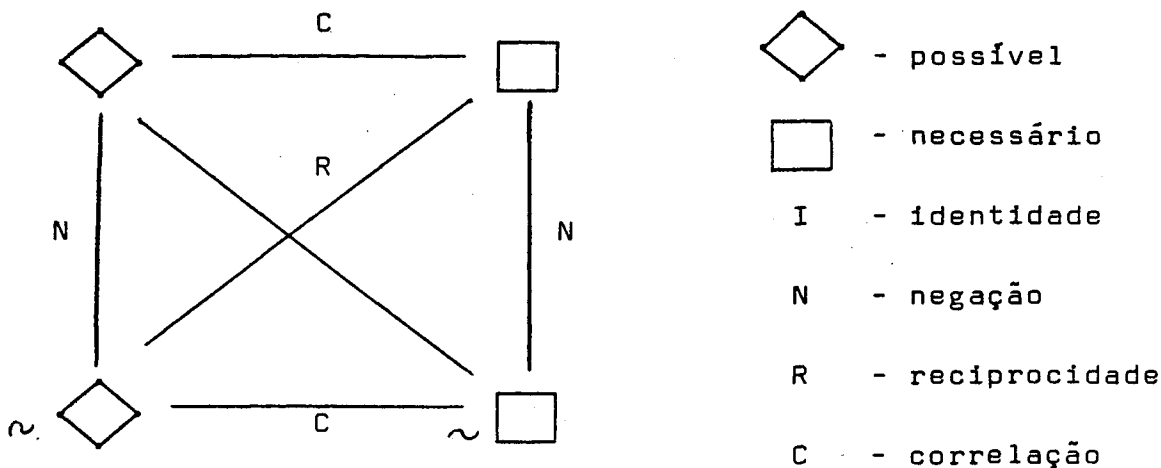
Ampliando o estudo sobre as normas e regras, pesquisaram a respeito da "lógica deôntica", utilizando como campo específico de seu trabalho experimental o sistema de regras de trânsito, ou seja, a formalização das normas e das leis, e um exemplo de sua aplicação. Para tal, tomaram como ponto de partida para a análise a "Teoria da quaternariedade de Piaget - "Gottshalk" que trabalha com o grupo das quatro operações (INRC) e os conceitos de: permitido, proibido, indiferente e obrigatório.

Entendem por "sujeito deôntico" o que todos os sujeitos têm em comum quando se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento moral, tornando-se este conceito, solidário como sua natural extensão, ao nível da praxis do "sujeito epistêmico", a nível do conhecimento. Dentro desta concepção define-se o PERMITIDO como a possibilidade de executar um ato; PROIBIDO como a não possibilidade de executá-lo; OBRIGATÓRIO como a necessidade de executar um ato; e INDIFERENTE como a não necessidade de executar um ato. Desta feita, tem-se modo de formalizar a construção da moral no indivíduo, pois suas bases, assim definidas, permitem a percepção de sua trajetória.

---

REPRESENTAÇÃO LÓGICA

---



"Conhecer melhor qual é o processo cognitivo que leva a um sistema deôntico coerente pode constituir um primeiro passo para entender melhor nossa sociedade e o papel que nela desempenham as gerações jovens. Do bom uso e da tomada de consciência das normas, dependem nada menos que o futuro do mundo civilizado" (ABP 2/80, Vol. 32, pág. )



A importância do desenvolvimento cognitivo assim descrita, não é um departamento ou instância estanque no indivíduo, existe por outro lado o aspecto afetivo que o compõe, constituindo-o como o ser, não só racional mas também emocional.

Neste sentido, o adolescente possui planos de vida movidos por sentimentos generosos, projetos altruistas, fervor místico, inquietante megalomania e egocentrismo consciente. Seu amor é sempre expresso através de um romance, seja no vazio ou em termos de realidade.

Os sentimentos interindividuais são bem definidos e quando o amor encontra seu objeto, este representa a projeção do ideal em um ser real, daí as repentinas e sintomáticas paixões e decepções.

A frequente exacerbação nesta fase de fervor místico enquadra-se no mesmo contexto: amor a Deus, ou melhor, o amor religioso, apresenta-se como um pacto e compromisso de servir sem pretensas compensações ou recompensas. O engajamento é sinônimo do desempenho decisivo na causa em que se propõe defender. O que, segundo Bovet, poderia ser comparado ao sentimento religioso da infância, onde as crianças percebem perfeições divinas em seus pais. No caso específico do jovem, a onipotência, onisciência e onipresença, pertenceriam a um "ser-supremo", superior a todos os homens, conseqüentemente com condições e possibilidades de julgamento.

Os movimentos de jovens que emergem da própria situação vivencial em termos psicossócio-econômicos, ilustram bem o fenômeno da mitificação, que é comum aparecer na adolescência.

Por outro lado, por ser um grupo de jovens, adeptos a uma mesma causa, estão sempre munidos de fundamentos lógicos que norteiam sua filosofia ou crença. Esta relação entre contrários: o mito e a lógica, muitas vezes acarretam uma super-valorização do primeiro, em função do estado transformacional do adolescente, que busca uma "onipotência" fora do mundo social adulto no qual se sente impotente.

O "Movimento Hippie" exemplifica com bastante propriedade o fenômeno que se analisa. Enquanto jovens vietnamitas guerreavam incessantemente, outros jovens levantavam as bandeiras da "paz e do amor". Logicamente, uma justa proposta frente a situação mundial daquele momento de tensão e desgaste. Entretanto, o modo como foi defendida a causa, racionalmente relevante, tendeu ao misticismo religioso donde a formação de "grupos Hare Krisna" que apenas contribuíram para a alienação, cada vez maior do jovem, e o afastamento de sua própria racionalidade.

Dessarte, além do caráter cognitivo da norma, o seu caráter valorativo, influi, direta ou indiretamente, na decisão do indivíduo, em sua volição opera-se a síntese dos dois aspectos convergentes: a plataforma lógico-formal e o sentido ético-social da moralidade

### CAPÍTULO III

#### CARÁTER VALORATIVO DA NORMA

*"Considerando que o desenvolvimento moral é a resultante da interação entre a evolução cognitiva geral de um sujeito e as pressões exercidas pelo meio ambiente social, não se pode subestimar o fato de que, no momento atual, a influência social não se dá nos mesmos termos para todas as pessoas" (Tarky, 1972, p. 22).*

Cognitivamente, poder-se-ia afirmar que, subentendendo-se a noção de sujeito epistêmico, descrita por Piaget, todos os indivíduos em um mesmo nível de desenvolvimento, seriam capazes de entender a informação que lhes é transmitida. No caso específico do adolescente, partindo-se do pressuposto que atingem o estágio das operações formais, não haveria dúvida, quanto à competência cognitiva deste indivíduo.

Por outro lado, e é esta a outra face da moeda, o indivíduo não é apenas dotado de razão e valores racionalizados: acompanha a sua trajetória evolutiva, sentimentos próprios a cada experiência vivida, em todos os momentos deste desenvolvimento; é o sujeito deôntico que representa um aspecto do sujeito epistêmico ao qual se deve a interação valorativa entre o dado exógeno e o que é particular a cada um. Sob este aspecto visualizam-se as diferenças individuais em termos de valores sociais que serviram de base aos estudos de Spranger sobre a "geisteswissenschaftliche" (filosofia da cultura) da adolescência.

Spranger se propôs a compreender a PSIQUE do jovem em desenvolvimento, concentrando-se no processo de maturação da ju-

ventude. Fundamentado no princípio metodológico da investigação do psicológico de acordo com métodos psicológicos, entende a "compreensão" não apenas como um processo cognoscitivo em termos intelectuais, mas também de avaliação, valoração e sensibilidade; em outras palavras, é a atividade mental entendida como síntese de congição e valor que atribui uma carga de significação aos acontecimentos, pretendendo alcançar o entendimento do interior do sujeito em relação a totalidade da estrutura mental: relações entre as experiências e os atos do indivíduo.

Nesta perspectiva estrutural, as mudanças psicológicas sofridas durante a adolescência, não podem ser reduzidas ou explicadas como mera consequência de mudanças biológicas, tais como as endocrinológicas da pubescência, apesar das relações existentes entre funções psicológicas e corporais. Assim, os fenômenos ocorridos nesta fase só tem um significado aproveitável para quem os compreende como evolutivos.

É nesta ida de que a hierarquia de valores se apresenta mais definida e duradoura pois a estrutura mental e a psique do indivíduo, tendem a alcançar sua maturação plena. Neste sentido, "a direção axiológica" dominante age como determinante da personalidade.

Deste modo, Spranger (1955) classifica os tipos de personalidade de acordo com a orientação axiológica predominante, baseado em diferentes ritmos de vida do adolescente que se acham presentes numa mesma cultura.

Em primeiro lugar categoriza este autor o indivíduo que sofre uma espécie de "renascimento", por ver a si mesmo co

mo a outra pessoa. É um período de tormentas, stress, tensão e crise, que desemboca numa mudança de personalidade. É muito co mum a conversão religiosa, nesta época, pois serve como ponto de apoio e referencial de "salvação" de todos os problemas. Idéia, aliás, semelhante a de Stanley Hall.

Em segundo lugar pode ocorrer um processo de crescimento lento e contínuo onde o indivíduo adquire gradativamente os valores e idéias culturais, próprias da sociedade, sem mudanças fundamentais na personalidade. O adolescente incorpora então, aspectos da ideologia dominante como sua própria axiologia, caracterizando-se como o expoente da "absorção passiva".

Finalmente, há o indivíduo que participa ativamente de seu próprio processo de desenvolvimento, superando perturbações e crises mediante esforços enérgicos e dirigidos. Conscientemente, o jovem forma a si mesmo, amadurecendo o seu "auto-controle" e sua auto-disciplina que convergem na formação de sua personalidade.

Essas três condições: a do renascimento, da absorção passiva e do auto-controle, permitem visualizar-se, de maneira geral, a tentativa de inserção do jovem no mundo social adulto, que impõe modelos específicos de atitudes em todas as esferas da vida em sociedade.

Entretanto, o conceito de atitude, em última instância, expressa o que influi na postura do jovem, em termos de experiências passadas e perspectivas futuras.

Segundo Kimball Young, atitude é o começo de uma ação

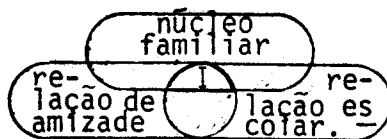
que não necessariamente se completa. São hábitos internos, em sua maior parte inconscientes e dinâmicos que indicam ou permitem predizer as tendências reais da conduta manifesta, mais facilmente que as expressões verbalizadas ou meras opiniões. Es tão, geralmente, associadas a imagens, idéias ou objetos referentes a uma situação, imprimindo direção a esta atividade. Encontram-se vinculadas a sentimentos e emoções, implicando em re ações favoráveis ou desfavoráveis, amores ou ódios.

Um processo dinâmico apto a sistematizar a unidade básica dessas experiências é o conhecido por "fenômeno da identificação" - tal como é descrito por Berger e Luckmann - subordinado às percepções de atitudes dos "outros significativos" para o indivíduo. Este processo inicia-se na infância tendo como referencial básico os pais, onde mais importante que as idéias verbalizadas por estes, são as atitudes manifestadas em dada situação - identificação primária. A identificação secundária, caracterizar-se-á, então, pela mudança do referencial básico, no qual os "outros significativos" deixam de ser os pais, para serem outras pessoas valorizadas pelo jovem como verdadeiros espelhos nos quais é possível mirar-se.

Em toda sociedade, principalmente nas mais complexas, um mesmo indivíduo desenvolve várias e distintas funções sociais; no entanto, este se mantém como sendo a mesma pessoa, apesar da diversificação dos papéis que desempenha. Isto porque ele representa o "núcleo" de si mesmo.

Assim, a interseção dos conjuntos de papéis pode ser de nominada de identidade, pois indica a singularidade do indivíduo

em toda a sua multiplicidade.



Neste sentido, a identidade se define como o conjunto de características próprias e exclusivas de uma, e apenas uma, pessoa que permanece e se constrói através do tempo. Isto signi- fica que, uma certa pessoa continuará sendo ela mesma, embora esteja se construindo e se transformando, a partir da intera- ção dialética indivíduo-sociedade.

É nesta interação que o indivíduo tem possibilidades de se identificar com os "outros significativos", isto é, as pessoas nas quais reconhece propriedades que considera de alta relevância e, por conseguinte, servem de veículo à sua interio- rização da realidade objetiva.

A realidade, porém, não é interiorizada completamente pois, se assim o fosse, o indivíduo estaria sendo somente produ- to do meio, sem apresentar características propriamente suas, o que lhe assemelharia a um mero reprodutor de comportamentos ca- talogados. Contudo, este indivíduo é capaz de perceber que ati- tudes deve expressar e aonde deve fazê-lo, a partir de sua pró- pria compreensão e conhecimento do meio social o qual pertence, ou seja, a partir dele mesmo.

Portanto, a identidade é tudo o que diferencia os in-

divíduos, uns dos outros, em função de suas próprias identificações, isto é, o que tem de semelhante ou identificado com o outro. Em particular modo, ela obedece a lógica da diferença e semelhança: é porque existem coisas diferentes entre si, que se consegue visualizar o que é idêntico ou semelhante.

É em função deste processo, de progressiva diferenciação, que o indivíduo torna-se consciente de um vínculo de outros significativos cada vez mais amplo e, conseqüentemente, reconhece sua identidade. O que aliás, no caso específico do jovem, torna-se uma busca incessante, podendo culminar em crise.

Segundo Erickson (1968),

*"a crise é algo que designa um momento crucial, um ponto crítico necessário no qual o desenvolvimento deve tomar uma outra direção acumulando recursos de crescimento, recuperação e diferenciação posterior".*

Ser mutante em sua essência, o adolescente vivencia transformações, independente de sua própria vontade que são definidas por Aberastury (1981) como perdas, as quais o indivíduo precisa saber lidar para atingir sua maturidade emocional: o luto de seu corpo e identidade infantis, e o luto da relação com os pais da infância. Tais transformações implicam no aparecimento da impotência do indivíduo frente a sua própria natureza, que se manifesta, psicologicamente, em termos de fracasso, ou em supervalorização de si mesmo, como é natural, sobre compensação capaz de determinar as características "fantasias" de onipotência desta fase. Comumente depara-se com adolescentes que expressam sua "derrota" antes do fim, ou até mesmo anteri-



ormente à efetivação de alguma tarefa. Ou, ambivalentemente, uma "conquista de vitória", frente a qualquer situação vivencial mesmo as mais complexas.

Esta dicotomia indica o desequilíbrio normal do adolescente, que será ultrapassado a partir da elaboração lenta e dolorosa de seus lutos, não só por si, como também por seus pais que devem aceitar o envelhecimento e o fato de seus filhos não serem mais crianças, contribuindo assim para uma relação saudável com o jovem em vias de ser adulto.

Desta feita, retoma-se a posição de Spranger sobre a moralidade a qual divide-se em moral social e ethos pessoal

*"A moral social, entendida como um conjunto de juízos de valor, reconhecidos como tal para a coletividade e que, portanto, atuam sobre o comportamento do indivíduo" (Spranger, 1970),*

equivaleria ao que poderíamos atualmente conceber como ideologia, sob a qual estaria submetido o adolescente em relação a ordem social adulta.

Por outro lado, o

*"ethos pessoal seria a posição do indivíduo perante o reino dos valores e sua ordem hierárquica. Esta posição tem suas raízes na essência do sujeito e seu fundamento reside na vivência íntima de um dever que confere ao próprio ser o seu valor total e decisivo" (Ibid.),*

o que, em outras palavras resume-se na plataforma axiológica, individual e particular que pautará as atitudes pessoais frente ao

grupo social, ou seja, a ética.

Esta ética, entretanto, é constituída pela LEI, que ordena; pelo CARÁTER, que pode ser orientado no sentido da lei ou desviar-se dela; pelo SER ÉTICO, que são as exigências estabelecidas pelo indivíduo para si mesmo, como conteúdo real de sua vida; e pelo DEVER ÉTICO, que são as obrigações impostas ao eu, ou seja, a própria consciência moral da pessoa.

Assim, o jovem cria para si mesmo um sistema de normas, pautado em sua própria escala de valores e conduta, que pode ser considerada como a necessidade de adquirir direitos e liberdade semelhante ao adulto, sem que isto implique na perda de sua condição de adolescente.

Este aprende a diferenciar entre a fantasia e a realidade, sendo o desenvolvimento estrutural de sua psique determinado por uma combinação de fatores externos e internos, onde observa-se mudanças organizacionais.

Refletindo sobre si mesmo, dirige sua atenção para dentro e analisa-se. É o descobrimento do eu ou de si mesmo que desperta sentimentos de solidão, propiciando uma revisão de todas as idéias e relações, até então inquestionáveis. É neste momento que o adolescente rebela-se contra a tradição, costumes, família, escola, enfim a toda institucionalização social. Por outro lado, necessita de reconhecimento social e de relações pessoais, colocando a prova sua própria personalidade.

A formação gradual de um plano de vida subentende uma filosofia e orientação da mesma para o futuro, incluindo a elei

ção de uma vocação. Verifica-se aí uma superestimação das próprias faculdades onde se constata a dicotomia entre a falta de experiência versus a autovalorização exagerada. Esforça-se para adquirir um sistema hierarquizado de valores em relação a: estética, religião, amor, verdade, poder e dinheiro, como reflexo de sua própria identidade.

A sexualidade e o amor puro se desenvolvem separada e independentemente durante a adolescência e corresponde ao conflito que se exacerba nesta época, e que em termos psicanalíticos representa a cisão entre a demanda instintiva e a tentativa de lhe superpor um "ego idealizado". Desta forma, a nível consciente, emerge uma oposição entre a busca de prazeres físicos, da área sexual que redundam em excitações e desejos; e a forma espiritual do amor, desprovido do desejo de contato ou estímulos físicos, sendo apenas uma função psicológica que depende da compreensão, empatia e simpatia. O jovem está consciente de ambas as formas e entende que numa relação amorosa, de adultos maduros, a sexualidade e o amor puro convergem na sexualidade afetiva.

O adolescente porta a incerteza do novo e esta, origina a insegurança. Em todos os sentidos, está sofrendo uma transformação que se expressa em suas atitudes, gestos ou palavras. É capaz de lidar com o seu raciocínio, o que lhe garante fundamentos sólidos para suas opiniões, chegando algumas vezes, a atingir o denominado "Racionalismo Egocêntrico".

Entretanto, seus valores morais representam também uma forma de respeito, só que para com eles mesmos e seus ideais.

O adolescente é "gerador de conflitos" porque contrapõe valores próprios de uma determinada geração em relação a outra.

Retomando o exemplo contemporâneo do Movimento Hippie que expressa de modo inequívoco a tentativa de superar esta contradição percebe-se a contraposição entre o contenção agressiva e a liberação sexual, fenômeno este que de uma maneira ou de outra, modificou a postura de homens e mulheres frente a ordem social vigente.

O amor, implicando em manifestar-se plenamente, trazia a baila uma futura sociedade sem repressão sexual, onde o jovem sentiria a mesma liberdade de povos primitivos quanto a expressão de sua sexualidade, sem angústias ou traumas, apenas o demonstrativo do que era natural. Em termos gerais do que é natural, aconteceu uma grande valorização no sentido da alimentação e preservação do ambiente. "Os Verdes", grupo de pessoas significativamente relevante na representação dos movimentos ecológicos da atualidade, é norteado por um dos princípios básicos da "filosofia dos Hippies", só que adaptado às exigências do sistema vigente.

No que se refere ao aspecto sexual, houve uma progressiva transformação das regras, implicando no notório rumo da liberação, o que parecia à moral da sociedade anterior como inaceitável e desprovido de respeito. Por outro lado, a excassa maturidade emocional do jovem, transformou as bases da "Revolução Sexual" de Reich, de válida consistência Teórica, em amontoados de pessoas que, não preservando a si mesmas, deslocavam o sentido da moralidade aplicável às manifestações de sua sexua

lidade; o que culminou em uma instabilidade psicológica generalizada. A inexistência de regras repressivas modificou profundamente a significação do "respeito" a elas mesmas e aos demais.

Contudo, este movimento que pretendia demonstrar certo grau de estabilidade, uma busca real da harmonia, a aceitação de si mesmo e a própria unidade do eu, não se tornou convincente frente a um conjunto de incertezas das pessoas consigo mesmas: fosse na aparência, fosse no comportamento manifesto.

Mas em qualquer época e civilização a juventude é portadora de novas pautas de conduta e dialeticamente substitui o ultrapassado pelo atual, o que caracteriza o "choque de gerações". O conflito axiológico entre jovens e adultos, na tentativa de alterar, ou até, estabelecer uma determinada ideologia, demonstra uma luta de poder onde um já o possui e o outro quer alcançá-lo.

A imagem do adolescente patrocinada pela Cultura Ocidental é a da pessoa flutuante, ou seja, "é criança para algumas coisas e é adulto para outras". Neste sentido, o jovem não tem uma definição de seu papel frente a sociedade, posto que esta considera apenas os dois pólos do desenvolvimento humano: a criança e o adulto, o que traz como consequência a origem de certos conflitos sociais e familiares.

Entendendo a Cultura como

*"um conjunto de normas, de valores, de padrões de comportamento, que traduzem o modo de vida do grupo"*

e a sociedade como

*"o conjunto organizado de indivíduos que seguem um da  
do modo de vida" (Filloux, 1966).*

encontra-se a plataforma ideológica do grupo social e, concomitantemente as diversificações axiológicas, pertencentes a cada indivíduo que compõe tal grupo.

Deste modo, o jovem, que apresenta suas potencialidades de conhecimento científico em franco desenvolvimento, se sente capaz de analisar situações e atuar sobre elas, a partir de seu próprio pensamento e raciocínio, o que lhe possibilitaria exigir uma liberdade de ação. Além disso, sua capacidade de resolver e decidir permite-lhe não concordar com certas normas ou regras existentes, rebelando-se contra elas e demonstrando sua necessidade de afirmação em suas decisões, o que lhe proporcionaria assumir responsabilidades. Nesta perspectiva ve rifica-se então, as reações de oposição, característica do adolescente.

A sociedade, por sua vez, aproveita este tipo de mani festação do adolescente e deposita na juventude a culpa de suas próprias frustrações e contradições. O adolescente é visto como um "projeto" de realização pelas gerações mais idosas. Ou seja, o adulto "projeta" ou pretende planejar o futuro do jovem - tal como descreve Kalina - como se este lhe pertencesse, buscando com isto, satisfazer seus próprios ideais e propósitos, ou mesmo superar suas frustrações e decepções de adolescente, sem perceber, muitas vezes, que assim o fazendo, ultrapassa os limi tes que competem a sua pessoa de simplesmente orientá-lo; além de ter que suportar o sofrimento, caso o adolescente não cum—

pra o plano desejado. É depositado no jovem toda a responsabilidade da futura sociedade mas seu direcionamento é dado pelo a dulto.

Em contrapartida, o adolescente se sente competente frente a sociedade, percebendo suas potencialidades e o que pre tende construir, mas em vista de não participar efetivamente como um grupo relevante para a Cultura, recolhe-se ao conjunto dos adolescentes constituindo assim, uma sub-cultura, com valores e linguagem próprios, onde o sistema de relações é estruturado por ele. Na visão de Coleman, o verdadeiro "abismo" entre a sociedade dos adultos e os jovens.

As novas maneiras de procedimentos social, político, e conômico e sexual propostas pelo adolescente, encontram setores organizados resistentes à mudanças, os quais se opõem a que novidades se afirmem e perpetuem. Esta "*energia resistencial*" (Castellon, 1976) é útil no processo evolutivo porque possibilita uma lentificação do processo, o que garante um certo tempo para o amadurecimento e incorporação das novas estruturas, evi tando o caos anárquicos da própria sociedade. Por outro lado, embora a sociedade leve em conta somente dois extremos do processo evolutivo, a juventude se impõe de maneira peculiar, a fim de conquistar o seu espaço social.

Deste modo, coloca-se mais uma vez em relêvo a importância do processo comunicativo, uma vez que a organização verbal da emoção é o elemento que permite a passagem da linguagem à comunicação, mas esta só se dá quando adultos e jovens enten dem o CÓDIGO LINGUÍSTICO recíproco.

O comportamento social é causa e efeito deste código linguístico, neste sentido, a inadequação do uso da linguagem permite uma internalização precária da mensagem a ser decodificada. Consequentemente, cada vez mais se alargará a distância entre os elementos que utilizam códigos linguísticos distintos, assim como fará crescer a massa de cerceados em suas possibilidades, frustrados em seus anseios.

Vive-se atualmente, um contexto social onde se observa a perda de certos parâmetros axiológicos normativos frente a família. Ou seja, uma modificação nos seus suportes estruturais, em termos motivacionais e dinâmicos, o que leva a uma abordagem diferente na análise do sistema de relação familiar. A família está constituída por dois aspectos básicos, quais sejam: A ESTRUTURA e o PROCESSO FAMILIARES.

Como estrutura, compreende-se a organização familiar hierarquizada e sistematizada segundo a Cultura de cada povo. Esta pode sofrer reestruturações, inclusive em prol da manutenção do sistema familiar. Um exemplo típico é o de casais que se separam e reconstituem a estruturação da família a partir de uma nova relação, mais equilibrada.

Como processo, entende-se as relações estabelecidas e o modo como funcionam pais e filhos quanto à comunicação, isto é, como se sucede a comunicabilidade em termos afetivos e cognitivos no todo familiar. Nesta perspectiva, constata-se a existência do registro daquilo que foi percebido pelo filho, em relação às manifestações de seus pais frente às situações apresentadas.



Ressalta-se então, as expectativas criadas em torno da tarefa de educar os filhos, as dificuldades pessoais que transparecem nos relacionamentos e os mitos culturais que estão entranhados na ideologia familiar.

O dar e fazer tudo para o filho, e a imagem do "ser perfeito" transmitida pelos pais, não colaboram para o desenvolvimento de sua capacidade de valorização e abafam a autonomia deste, além de criar o ideal "sobre-humano" fantástico, onde não são permitidos erros ou falhas, conseqüentemente, atinge-se a super-exigência.

Ademais, a não capacidade de perceber as infinitas facetas do filho, suas diferentes necessidades, vivências e peculiaridades, caracteriza o fixar da imagem deste pelos pais, que terminam emperrando seu crescimento; ou ainda, não conseguindo vê-lo diferente de si mesmos, estes tentam moldá-lo a partir de suas aspirações, sem considerar os "projetos" próprios ao jovem.

Além disso, no caso específico de pais separados, é possível perceber-se uma competição em torno do filho, na qual ocorrem alianças contra o outro (pai ou mãe), onde o alvo da disputa traduz-se no joguete de insatisfações alheias a ele.

Em resumo, a maior aproximação ou distanciamento entre jovens e adultos decorrerá de três fatores relacionais fundamentais:

1. Viabilidade ou inviabilidade do "projeto" estabelecido pelo adulto, que pode ser acatado ou não pelo

adolescente.

2. Compatibilidade ou incompatibilidade da linguagem utilizada, ou seja, códigos linguísticos comuns e recíprocos ou falta de comunicação entre ambos.
3. Conflito ou harmonia do processo familiar, obviamente considerando-se que a total inexistência de impasses e conflitos representam um ideal inatingível, utópico, que em consequência desemboca no mito da harmonia perfeita e eterna no relacionamento familiar.

Deste modo, pode-se sintetizar as bases desta relação a partir de três diretrizes, tal como as descreve Maldonado(1981): a do autoritarismo, a da permissividade e da resolução conjunta.

O autoritarismo é o uso arbitrário do poder, que acarreta no exercício total do controle sobre o filho, em função da insegurança dos pais e suas necessidades de auto-afirmação. Diferente da autoridade que pretende apenas estabelecer limites, isto é, condições básicas para a convivência social, o autoritarismo é um sistema opressor e tiranizante.

A permissividade é o ceder constante, o abrir mão de coisas importantes que culmina na total insuficiência de limites, em função de sentimentos de culpa dos pais ou, o que é pior, sua comodidade.

A resolução conjunta é o processo criativo onde percebe-se, reconhece-se, respeita-se e atende-se as necessidades de

ambas as partes. Isto ocorre em função do princípio filosófico da equidade na relação.

*"A capacidade de entender e procurar satisfazer o outro sem renunciar a si próprio é o ponto básico da resolução conjunta" (Maldonado, 1981).*

que se contrapõe ao autoritarismo, pois que permite visualizar-se, por parte do adulto uma tolerância à ambiguidade, característica do jovem; logo uma real tentativa ao alcance da comunicação, onde o respeito entre as pessoas é a pedra angular do relacionamento.

## C O N C L U S Ã O

O homem, dotado de emoção, razão e linguagem superior aos outros animais pela sua racionalidade, tem o dom de saber comunicar-se e praticar suas ações, antecipando previamente os e-feitos, de seus atos.

Como ser essencialmente social, possui aptidões para viver em grupo, na perspectiva de sua integridade pessoal e coletiva. E, como animal, preserva-se a partir do instinto de sobrevivência (um dos fatores que o constitui na escala filogenética). Sua vida, entretanto, é o resultado de uma relação in-terna, qual seja o racional e o emocional.

Qualquer sujeito está constituído por essas características que se expressam em todas as situações, ou seja, na relação dialética indivíduo-meio, onde as interferências são mútuas pois tal relação é estrutural.

Como ser humano, lhe é característico o juízo de valor e o caráter decisório ou a volição. Dois aspectos efetivamente subjetivos os quais se expressam a partir do dado racional em conjugação com o emocional. O indivíduo é capaz de ra-ciocinar e sentir, além de ter possibilidades de manifestar mais acentuadamente um destes dois lados (intelecto ou sentimento) ou ambos, em igual intensidade, demonstrando um equilíbrio, o que aliás traduz-se no seu objetivo último, constante e permanente, em suas decisões.

Com o seu crescimento, o sujeito atinge a possibilidade não mais só de perceber regras, mas de entendê-las, interpre

tá-las e até mesmo construí-las e julgá-las.

O julgamento, entretanto, implica em uma escala de valores, que pertence a cada um e ao grupo estando alicerçada na dicotomia entre o VERDADEIRO e o FALSO e o BEM e o MAL. Neste sentido, supõe-se haver uma comunhão de idéias e opiniões, que pode não existir em função das próprias diferenças individuais.

De qualquer forma, são os valores que sustentam toda a axiologia do ser humano e constituem a ideologia do grupo. É, então, a partir destes que são pautados comportamentos dos indivíduos frente ao meio social, que se transformam em regras pessoais e leis morais.

A lei moral apesar de ser percebida como a expressão racional dos indivíduos, é basicamente a manifestação de suas atitudes, porque a teoria como acervo de crenças e opiniões, só é vista e reconhecida através de sua prática. E, é em termos da interação entre a teoria e a prática que se pode avaliar a própria lei moral.

É claro que o indivíduo necessita de regras e para tal, estabelece-as em prol de seu próprio funcionamento enquanto ser no mundo. Os processos de desenvolvimento à luz da perspectiva piagetiana colocam a origem dessa necessidade na ontogênese.

O caráter generativo da regra implica em que sua construção atravesse as barreiras espaço-temporais, tal como tem ocorrido com a evolução genética em termos de suas fases características do desenvolvimento do homem.

Entretanto, este mesmo homem desenvolveu e continuará desenvolvendo, o seu intelecto: o aprimoramento da racionalidade é um avanço nos conhecimentos, logo maior quantidade e melhor qualidade de informação.

Dialéticamente, a interferência do homem no meio ambiente e vice-versa, sintetizam um novo fenômeno. Logo, o avanço racional promove novos conhecimentos, diferentes dos anteriores. Mas este processo não é estanquizado, nem o resultado de um somatório, e sim o produto construído pelo raciocínio relacional do homem.

Obviamente, constata-se a transformação sofrida pelo homem através dos tempos e respectivas adaptações" (para usar uma linguagem piagetiana). Ademais, se o indivíduo é dotado de "formas a priori", ou seja, as noções de espaço e tempo descritas por Kant; e é isto que lhe permite construir, teoricamente, o que pretende conhecer, entende-se que o progresso da razão influencia tais noções; de distância e temporalidade.

Em outras palavras, o sujeito que recebe maior número de informações, está interagindo mais intensamente com o meio e isto indica transformar-se e transformá-lo, mais rapidamente.

O jovem de hoje, evolui com a tecnologia científica, aprende por computadores, se diverte com "video-games" e acredita na revolução sexual de Reich (mesmo que nunca tenha tido contato com esta teoria). Pratica algum tipo de esporte e modela seu corpo através de exercício ou mesmo regimes de alimentação. Está impregnado pela violência e agressões, que lhes são transmitidas através dos veículos de informação, e é mais perspicaz

em seu conhecimento: cada vez mais lhe é incentivado o desenvolvimento intelectual.

Esta é a realidade contextual, que não só a família como também os estudiosos da conduta e personalidade dos indivíduos, deparam-se atualmente e, tudo isto, implica em diferenças pregnantes entre as gerações. Obviamente, em conflitos repletos de insegurança e insatisfações, por parte de jovens e adultos.

Premissa básica deste trabalho é o estudo do sistema de controle da conduta através de normas ou regras, isto é, a normatividade que se traduz na MORAL. Sob o ângulo da natureza intrínseca da norma, como aspecto necessário que dirige a atividade prática na vida humana, o referencial preliminar foi buscado na crítica da Razão Prática a fim de identificar o sentido dos "imperativos" que comandam ações e valorações. Partindo da crítica desta postura apriorística, por sua própria natureza atemporal e desvinculada de um "devir" social e histórico, duas outras fontes foram adotadas como referenciais para entender a sincronia dos conteúdos e a diacronia das formas, no processo moral, na realidade empírica.

Spranger pareceu fornecer uma taxonomia adequada a tipificar a variação dos conteúdos partindo de sua gênese social, como sistema básico de valores: é o preenchimento da vertente valorativa da moral, gerada pelas normas que a cultura oferece a cada ser humano.

Piaget considerou-se o autor que melhor aprofundou a

evolução da forma, da sintaxe básica subjacente a qualquer semântica, ligada a evolução lógica-racional do sujeito epistêmico. A moral, não como conteúdo e sim como processamento e desenvolvimento na percepção, construção, controle e submissão às normas.

Estas três vertentes da moral, filosófica, valorativa e lógica coordenam-se de forma sistemática obedecendo a critérios racionais, compondo assim a tríade que representa, respectivamente, a interação entre o que é necessário, o que é valorizado e o que é conhecido: base teórica que demonstra a necessidade da organização, inerente ao ser humano e sua evolução.

A seletividade veritativa, consequência do desenvolvimento racional e a seletividade decisória, consequência do desenvolvimento emocional e motivacional, confluem em etapas discretas dos dois sistemas (lógico e valorativo) que indicam a sequência evolutiva do indivíduo onde o adolescente apresenta-se como plataforma terminal em função de sua estrutura formal.

Deste modo, as proposições em termos empíricos derivam-se da convergência entre o desenvolvimento racional e o desenvolvimento emocional e motivacional, os quais compõem o sustentáculo das variáveis, cabendo ao plano das hipóteses a etapa terminal desta evolução sistêmica conjugada, ou seja, a adolescência.

Assim, no espectro da psicogênese, a maturação biológica, acompanhada da maturidade afetiva e intelectual, proporciona condições para que o adolescente, pináculo desta ascensão, não só se faça inserir no mundo dos adultos, mas também e prin



principalmente, crie um sistema de valores, com os quais passará a agir.

A moral dos povos então, está representada por suas leis, que nada mais são que a expressão, de fato, da ação, pois que revela-se em ato. As atitudes dos seres entre si e para si, demarcam os parâmetros ideológicos do grupo e respectivas axiologias. Dito de outro modo, as normas que pautam o comportamento social e as regras pessoais que regem a conduta individual.

Os valores que norteiam a moral e, microsocialmente, são ditados pela família, devem sofrer evoluções que correspondam ao próprio desenrolar dos fenômenos que registram a história científica, pois de outro modo, estaria-se fadado a desorganização tanto da família quanto da sociedade como um todo.

Os sermões estereotipados assemelham-se à mensagens ocas sem nenhum efeito positivo, que refletem simples ameaças; desgastando a relação entre pais e filhos, professores e alunos. Da mesma forma que as informações contraditórias fomentam intensa ambiguidade, principalmente para o jovem, que característicamente vivencia ambivalências, a partir de seu próprio estado transformacional.

A participação dos pais na vida do adolescente deve pautar-se em dar sugestões com alternativas para liberdade de opção e não intrometer-se, de maneira persuasiva, desrespeitando a individualidade do outro, o que comumente traz consequências desastrosas. Na verdade, é a "resolução conjunta" a principal mola do equilíbrio na relação entre jovens e adultos.

A união entre as pessoas é o indicador da força que se tem para suportar as surpresas dolorosas que a vida apresenta. Além de ser o demonstrativo da integração social e plena comunicação.

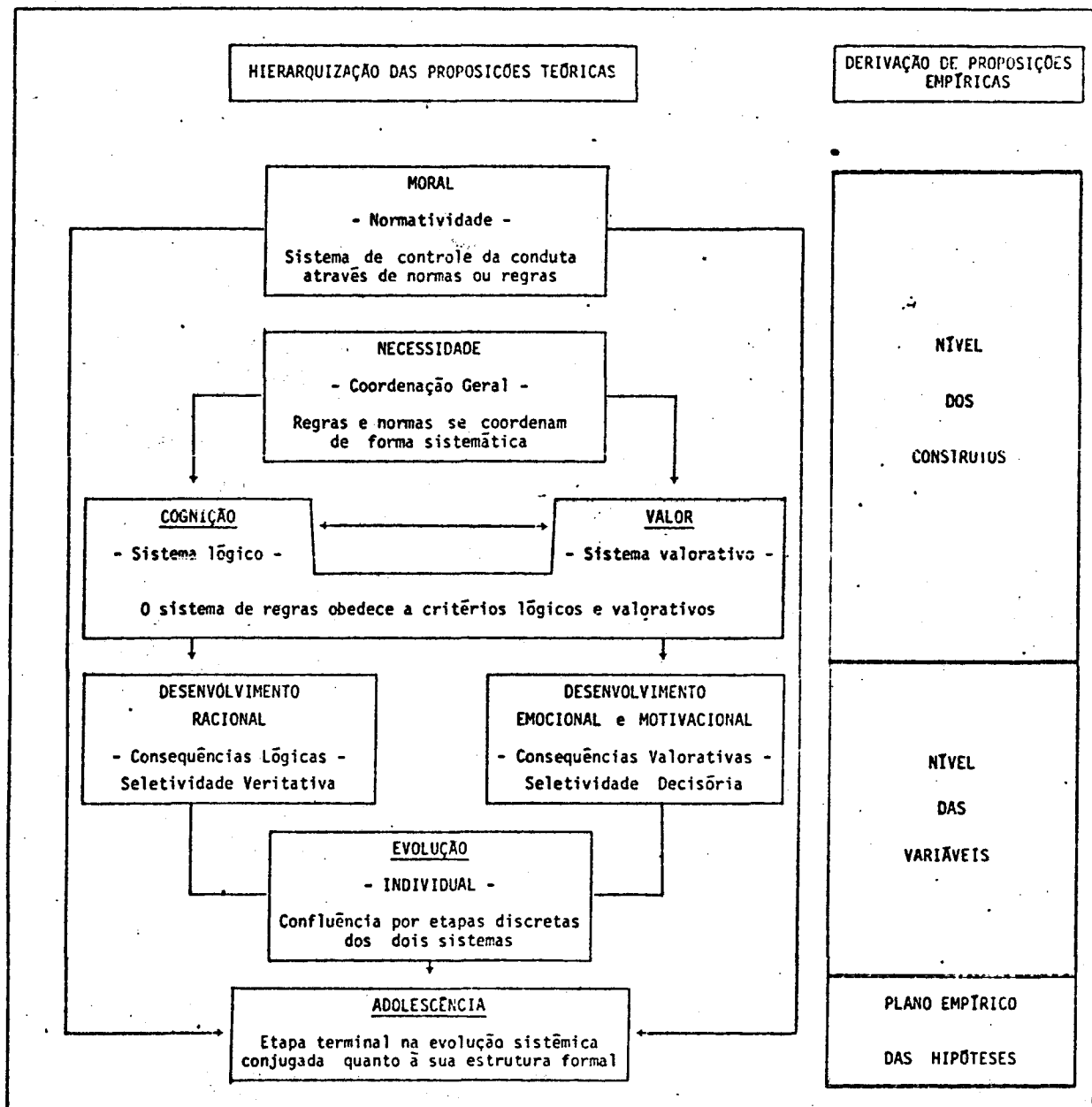
Esta manutenção do grupo preserva a saúde emocional, mental e física (em todos os seus aspectos) dos indivíduos.

Como se pode notar, estrutura mental e psique constituem o homem e é o equilíbrio entre ambas que proporciona saúde mental; e a sua racionalidade permite-lhe ser capaz de intervir em tal estabilidade através das regras estabelecidas, constituintes das leis morais.

O sujeito, conjunto de tais qualidades, tem potencialidades para atingir o bem-estar e agir em acordo com o seu espírito gregário, o que se supõe ser a mais ampla e generalizada plataforma normativa da moral. As regras lhes são inerentes porque necessárias, isto é, a manifestação de sua cognição e decisão.

A comunhão de pensamentos em busca do amor, traz a compreensão entre os seres que tem ideais de progresso, interação e integração.

## REDE NOMOLÓGICA



## B I B L I O G R A F I A

- ABERASTURY, A. e KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.
- ABERASTURY & Colaboradores. Adolescência. Buenos Aires, Kar—gleman, 1971.
- BATTRO, A. et alii. A criança e o semáforo: A lógica deôntica infantil e as regras do trânsito. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, 32 (2): 5-58, abr./jun., 1980.
- BERGE, A. O colegial problema. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In: A construção social da realidade. 3 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.
- BIDEAU, J. Développement moral et développement cognitif. Bulletin de Psychologie. Paris, 33 (345): 589-602, 1979/80.
- BREARLEY, M. Guia prático para entender Piaget. São Paulo, Ibrasa, 1973.
- BREMOND, J. Où en est la mesure du moral? Revue critique. Revue de Psychologie Appliquées. Paris, 21 (4): 237-270, 1971.
- CASTELLON, A. B. El cambio social detectado en las nuevas pautas de conducta del adolescente. II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro, p: 9-12, abril/76.
- DANTAS, D.C. Identidade e identificação. Tese de mestrado, PUC/RJ, 1975.

- DEBESSE, M. Comment étudier les adolescents. Paris, Press Universitaires, 1948.
- DELACROIX, H.; CASSIRER, E. et alii. Psicologia del lenguaje. Buenos Aires, Paidós, s/d.
- DEUTSCH, M. & KRAUSS, M.Z. Teorias en psicologia social. Buenos Aires, Paidós, 1970.
- DOTTI, S. Psicologia da Adolescência - uma psicologia do desenvolvimento. Porto Alegre, Sulina, 1973.
- ERICKSON, E. Identidad, juventud y crises. Buenos Aires, Paidós, 1968.
- FILLOUX, J.C. A personalidade. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. 2a. ed.
- FLAVELL, J.H. A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. São Paulo, Pioneira, 1975.
- FRAISSE, P. & PIAGET, J. Tratado de psicologia experimental. Vol. V, cap. XV. Rio de Janeiro, Forense, 1969.
- FREUD, A.; OSTERRIETH, P.A.; PIAGET, J. et alii. El desarrollo del adolescente. Buenos Aires, Paidós, 1973.
- FROMM, E. A arte de amar. Belo Horizonte, Itatiaia, 1971.
- GOFFMAN, E. Representação do eu na vida cotidiana. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.
- HOFFMAN, M.L. Desenvolvimento moral. In: Carmichael, L. Manual de psicologia da criança. São Paulo, EPV/EDUSP, 1975/1978. Vol. 9, t. 2, p: 1-170.
- HORROCKS, J.E. El adolescente. In: Carmichael, L. Manual de Psicologia Infantil. Buenos Aires, 1964. t. II, p: 784-825.

- KALINA, E.; KOVADLOFF, S. Las ceremonias de la destruccion. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1981.
- KANT, I. Crítica da razão prática. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.
- KNOBEL, M. Infancia, adolescência y família. II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro, p: 87-107, abril/76.
- LAING, R.D. El cuestionamento de la familia. Buenos Aires, Paidós, 1971.
- LAZARI, J.S. Relações entre maturidade de julgamento moral e percepção das atitudes maternas e paternas. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, 30 (3): 45-51, jul./set., 1978.
- LEBRUN, G. O aprofundamento da "Dissertação de 1770" na "Crítica da razão pura". In: Kant, Cadernos da UnB, Brasília, p: 39-50, 1981.
- MALDONADO, M.T. Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir, 2a. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- MARTINS, E.R. Natureza, sentimento e liberdade: elementos da ética pré-kantiana. In: Kant, Cadernos da UnB, Brasília, p: 24-38, 1981.
- MORA, J. F. Dicionário de filosofia. Buenos Aires, Sudamericana, 1958.
- MUUSS, R.E. Teorias de la adolescência. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- NIETZSCHE, F. A genealogia da moral. 3 ed. Lisboa, Guimarães e Cia., 1976.

- PENNA, A.G. Comunicação e linguagem. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970.
- PIAGET, J. Le jugement moral chez l'enfant. Paris, PUF, 1957.
- \_\_\_\_\_. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro, Forense, 1967.
- \_\_\_\_\_. & INHELDER, B. De la logica del niño a la lógica del adolescente. Buenos Aires, Paidós, 1973.
- POLITZER, G. et alii. Princípios fundamentais de filosofia. São Paulo, Hemus, 1970.
- RANGEL, C. et alii. O papel do professor no processo ensino-aprendizagem. Rio de Janeiro, CPGP/ISOP-FGV, 1981 (trabalho mimeografado).
- REICH, W. A revolução sexual. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, 4a. ed.
- RIBEIRO, M.G.C. A crise de identidade na adolescência - Importância do contexto ambiental. Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1972.
- RUIZ, S.G. & RUBIANO, A.G. Influência de la autoridad familiar sobre a estructuracion de los valores de los hijos. Revista Latinoamericana de Psicologia, Bogotá, 12 (3): 513-520, 1980.
- SEMENTATO, G. O adolescente e a dinâmica sócio-cultural e econômica. Seminário Latinoamericano sobre a saúde do adolescente. Rio de Janeiro, 1977.
- SEMINÉRIO, F. Lo. P. A epistemologia genética: renovação e síntese na psicologia e na filosofia contemporâneas. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, 29 (2): 9-30, abr./jun., 1977.

SEMINÉRIO, F. Lo. P. A epistemologia da psicologia. Rio de Janeiro, CPGP/ISOP-FGV, 1984 (Apostila mimeografada).

\_\_\_\_\_. Diagnóstico psicológico. Rio de Janeiro, Atlas, 1977.

SPRANGER, E. Psicologia da juventude. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.

STOETZEL, J. Psicologia social. In: Iniciação científica. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1967, Vol. 29.

STONE, J.L. e CHURCH, J. Infância e adolescência. Belo Horizonte, Interlivros, 1972.

TARKY, I. Comparación de la evolución de los conceptos morales entre escolares proletários y burgueses (Piaget - teoria-crítica). Cuadernos de Psicologia. Chile, (1): 21-36, 1972.

ULHDA, M.J.C. Características do comportamento do adolescente brasileiro. Rio de Janeiro, Vozes, 1974.

YOUNG, K. et alii. Psicologia de las actitudes. Buenos Aires, Paidós, s/d.

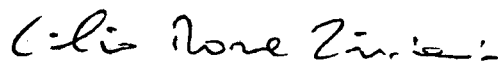


A dissertação "UMA INTERPRETAÇÃO DA PSICOGÊNESE E SOCIOGÊNESE DO DESENVOLVIMENTO MORAL" foi considerada aprovada.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1984



Franco Lo Presti Seminário  
Professor Orientador



Cílio Rosa Ziviano  
Membro da Comissão Examinadora



Eliezer Schneider  
Membro da Comissão Examinadora